

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	13
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	16
---	----

Notas Explicativas	42
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	91
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	92
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	95
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	99
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	100
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.786
Preferenciais	37.680
Total	86.466
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	169.038	187.249	182.660
1.01	Ativo Circulante	162.981	130.104	116.453
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	133.046	110.042	95.227
1.01.01.01	Caixa Geral	0	628	648
1.01.01.02	Bancos Conta Movimento	989	5.603	4.049
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	132.057	103.811	90.530
1.01.03	Contas a Receber	6.254	15.284	15.281
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.254	15.284	15.281
1.01.03.02.01	Créditos Tributários	5.728	108	1.008
1.01.03.02.03	Créditos a Receber	0	14.708	14.037
1.01.03.02.04	Adiantamento a Fornecedores	526	468	236
1.01.04	Estoques	0	1.380	1.214
1.01.07	Despesas Antecipadas	269	1.585	218
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	23.412	1.813	4.513
1.01.08.03	Outros	23.412	1.813	4.513
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	630	759	685
1.01.08.03.02	Indenizações a Receber	22.782	0	0
1.01.08.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	1.054	3.828
1.02	Ativo Não Circulante	6.057	57.145	66.207
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.035	7.169	7.820
1.02.01.04	Contas a Receber	664	1.520	1.430
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	664	1.520	1.430
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.001	1.707	1.677
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.001	1.707	1.677
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.370	3.942	4.713
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	764	1.336	732
1.02.01.10.04	Indenizações a Receber	2.606	2.606	3.981
1.02.03	Imobilizado	9	3.468	2.346

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9	777	1.566
1.02.03.01.01	Imobilizado	9	700	1.422
1.02.03.01.02	Estoque para Imobilizações	0	77	144
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	0	2.691	780
1.02.03.02.01	Direito de Uso em Arrendamento	0	2.691	780
1.02.04	Intangível	13	46.508	56.041
1.02.04.01	Intangíveis	13	46.508	56.041
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	0	46.394	55.958
1.02.04.01.02	Estoque para Imobilizações	0	114	83
1.02.04.01.03	Intangível	13	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	169.038	187.249	182.660
2.01	Passivo Circulante	23.280	33.477	37.258
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.621	4.609	3.822
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.621	4.609	3.822
2.01.01.02.01	Salários, Provisões e Contribuições	2.621	4.609	3.822
2.01.02	Fornecedores	116	2.473	1.946
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	116	2.473	1.946
2.01.03	Obrigações Fiscais	88	7.303	4.413
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	79	5.965	3.048
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	4.999	2.127
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	79	966	921
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	4	0
2.01.03.02.01	ICMS	0	4	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	9	1.334	1.365
2.01.03.03.01	ISS	9	1.334	1.365
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	11.472	14.082	23.387
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	1.384
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	1.384
2.01.04.02	Debêntures	11.472	14.082	22.003
2.01.04.02.01	Remuneração a pagar a debenturistas	3.804	6.414	3.512
2.01.04.02.02	Instrumentos Financeiros	7.668	7.668	18.491
2.01.05	Outras Obrigações	6	4.716	3.034
2.01.05.02	Outros	6	4.716	3.034
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	6	6
2.01.05.02.05	Retenções Contratuais a Pagar	0	463	887
2.01.05.02.06	Obrigações Para Direito da Concessão	0	397	364
2.01.05.02.07	Receita Diferida	0	906	398
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	0	460	400

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.01.05.02.10	Arrendamento Mercantil	0	2.484	979
2.01.06	Provisões	8.977	294	656
2.01.06.02	Outras Provisões	8.977	294	656
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	0	294	656
2.01.06.02.05	Provisão para Indenizações Trabalhistas e Encargos	1.865	0	0
2.01.06.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.112	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	8.492	7.628	8.912
2.02.04	Provisões	8.492	7.628	8.912
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.492	7.628	8.912
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	456	304
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.564	172	652
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	6.928	7.000	7.956
2.03	Patrimônio Líquido	137.266	146.144	136.490
2.03.01	Capital Social Realizado	99.400	99.400	99.400
2.03.02	Reservas de Capital	0	3.596	3.596
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	0	3.596	3.596
2.03.04	Reservas de Lucros	37.866	43.148	33.494
2.03.04.01	Reserva Legal	7.053	5.449	2.350
2.03.04.02	Reserva Estatutária	0	12.287	8.754
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	30.813	25.412	22.390

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	192.862	248.954	245.240
3.01.01	Receita de Serviços	200.308	248.817	227.358
3.01.02	Receita Extraordinária	1.351	1.478	1.666
3.01.03	Receita de Construções	11.074	23.269	38.999
3.01.04	Abatimentos	-2.657	-3.240	-3.252
3.01.05	PIS	-1.294	-1.606	-1.468
3.01.06	COFINS	-5.970	-7.412	-6.774
3.01.07	ISS	-9.950	-12.352	-11.289
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-117.993	-108.077	-162.096
3.02.01	Custos dos Serviços	-106.919	-84.808	-123.097
3.02.02	Custos de Construções	-11.074	-23.269	-38.999
3.03	Resultado Bruto	74.869	140.877	83.144
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.580	-27.558	-24.803
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-28.956	-22.925	-18.733
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-28.956	-22.925	-18.733
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	24.121	2.228	14
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	24.121	2.228	14
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.745	-6.861	-6.084
3.04.05.01	Depreciação	-181	-623	-816
3.04.05.02	Depreciação de Arrendamento	-2.807	-2.893	-3.205
3.04.05.03	Outros	-728	-115	-11
3.04.05.04	Participação nos Lucros e Resultados - Empregados	-4.029	-3.230	-2.052
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	62.289	113.319	58.341
3.06	Resultado Financeiro	-11.892	-21.233	-18.578
3.06.01	Receitas Financeiras	14.767	17.523	2.693
3.06.01.01	Receitas Financeiras	14.767	17.523	2.693
3.06.02	Despesas Financeiras	-26.659	-38.756	-21.271
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-923	-566	-6.081

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.06.02.02	Despesa Financeira de Arrendamento	-208	-182	-19
3.06.02.03	Remuneração Debenturistas	-25.528	-38.008	-15.171
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	50.397	92.086	39.763
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-18.545	-30.109	-15.024
3.08.01	Corrente	-10.552	-26.747	-16.533
3.08.02	Diferido	-7.993	-3.362	1.509
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	31.852	61.977	24.739
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	244	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	32.096	61.977	24.739
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	PN	391,29811	755,55637	301,58144
3.99.01.02	ON	355,70142	686,84531	274,16495
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	PN	331,71445	628,95058	251,04687
3.99.02.02	ON	301,52851	571,74311	228,22443

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	32.096	61.977	24.739
4.03	Resultado Abrangente do Período	32.096	61.977	24.739

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	107.627	129.610	129.884
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	141.710	152.903	143.069
6.01.01.01	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro de Operações Descontinuadas	369	0	0
6.01.01.02	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	50.397	92.086	39.763
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	60.828	36.986	82.234
6.01.01.04	Baixa Depreciação, Amortização e Intangível	2.152	116	-185
6.01.01.05	Provisão para Contingências	3.501	1.340	1.215
6.01.01.06	Reversão de Contingências	-2.637	-2.624	-634
6.01.01.07	Recapeamento	0	386	118
6.01.01.08	Reversão Recapeamento	-294	-748	-99
6.01.01.09	Provisão para indenizações trabalhistas e encargos	7.668	0	0
6.01.01.10	Reversão de indenizações trabalhistas e encargos	-5.803	0	0
6.01.01.11	Juros e encargos financeiros	0	-1	500
6.01.01.12	Encargos Debêntures	25.529	38.008	15.171
6.01.01.13	Despesa Financeira - Debêntures	0	-12.646	4.986
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-34.083	-23.293	-13.185
6.01.02.01	Despesas Antecipadas	1.316	-1.367	2.960
6.01.02.02	Créditos a Receber	14.708	-671	894
6.01.02.04	Adiantamento a Fornecedor	-58	-232	3
6.01.02.05	Estoques	1.380	-166	37
6.01.02.06	Depósitos e Bloqueios Judiciais	572	-604	-22
6.01.02.07	Indenizações a receber	0	1.375	0
6.01.02.08	Impostos a recuperar	-2.970	352	-1.262
6.01.02.10	Outros Circulantes	-21.797	-162	60
6.01.02.11	Salários, Provisões e Contribuições	-1.436	292	-120
6.01.02.12	Fornecedores	-2.357	527	-302
6.01.02.13	Impostos a recolher	-2.216	18	-110
6.01.02.14	Participações nos Lucros dos Resultados	-552	495	142

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.15	Outras obrigações a pagar	-2.226	177	537
6.01.02.17	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-18.447	-23.327	-16.002
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13.026	-28.691	-40.240
6.02.01	Imobilizado e Intangível	-13.026	-28.691	-40.240
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-71.597	-86.104	-54.892
6.03.01	Empréstimos pagos a terceiros	0	-1.365	-8.187
6.03.02	Pagamento de Dividendos	-40.974	-51.120	-25.270
6.03.04	Encargos financeiros pagos a terceiros	0	-18	-623
6.03.05	Contratos de Arrendamento	-2.484	1.505	-3.458
6.03.06	Obrigações a Investidores	-28.139	-35.106	-17.354
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	23.004	14.815	34.752
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	110.042	95.227	60.475
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	133.046	110.042	95.227

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	99.400	3.596	43.148	0	0	146.144
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	99.400	3.596	43.148	0	0	146.144
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-3.596	-6.886	-30.492	0	-40.974
5.04.01	Aumentos de Capital	3.596	-3.596	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.066	-30.492	0	-31.558
5.04.08	Dividendos sobre extinção de reservas	-3.596	0	-5.820	0	0	-9.416
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32.096	0	32.096
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	32.096	0	32.096
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-10.683	10.683	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-10.683	10.683	0	0
5.07	Saldos Finais	99.400	0	25.579	12.287	0	137.266

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	99.400	3.596	33.494	0	0	136.490
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	99.400	3.596	33.494	0	0	136.490
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	4.225	-55.345	0	-51.120
5.04.06	Dividendos	0	0	4.225	-55.345	0	-51.120
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-1.203	61.977	0	60.774
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	61.977	0	61.977
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-1.203	0	0	-1.203
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	6.632	-6.632	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	6.632	-6.632	0	0
5.07	Saldos Finais	99.400	3.596	43.148	0	0	146.144

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	95.000	3.596	38.425	0	0	137.021
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	95.000	3.596	38.425	0	0	137.021
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.400	0	-7.579	-22.091	0	-25.270
5.04.01	Aumentos de Capital	4.400	0	-4.400	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.179	-22.091	0	-25.270
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.739	0	24.739
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.739	0	24.739
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.648	-2.648	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.648	-2.648	0	0
5.07	Saldos Finais	99.400	3.596	33.494	0	0	136.490

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	233.980	272.629	264.774
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	197.650	245.577	224.106
7.01.02	Outras Receitas	36.330	27.052	40.668
7.01.02.01	Receitas Extraordinárias	1.351	1.478	1.666
7.01.02.02	Receitas de Construções	11.074	23.269	38.999
7.01.02.03	Receitas de Operações Descontinuadas	369	0	0
7.01.02.04	Outras	23.536	2.305	3
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-64.450	-75.362	-83.872
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-5.017	-6.923	-7.019
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-48.359	-45.170	-37.854
7.02.04	Outros	-11.074	-23.269	-38.999
7.02.04.01	Custos de Construções	-11.074	-23.269	-38.999
7.03	Valor Adicionado Bruto	169.530	197.267	180.902
7.04	Retenções	-60.649	-36.823	-81.928
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-60.649	-36.823	-81.928
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	108.881	160.444	98.974
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.767	17.523	2.693
7.06.02	Receitas Financeiras	14.767	17.523	2.693
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	123.648	177.967	101.667
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	123.648	177.967	101.667
7.08.01	Pessoal	25.192	21.067	17.126
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.166	12.705	10.768
7.08.01.02	Benefícios	3.253	3.965	3.370
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.744	1.167	936
7.08.01.04	Outros	4.029	3.230	2.052
7.08.01.04.01	Participações Empregados	4.029	3.230	2.052
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	40.085	56.122	38.479
7.08.02.01	Federais	30.060	43.024	25.694

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.02.02	Estaduais	0	738	1.491
7.08.02.03	Municipais	10.025	12.360	11.294
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	26.275	38.801	21.323
7.08.03.01	Juros	445	521	5.975
7.08.03.02	Aluguéis	301	272	177
7.08.03.03	Outras	25.529	38.008	15.171
7.08.03.03.01	Remuneração Debenturistas	25.529	38.008	15.171
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	32.096	61.977	24.739
7.08.04.02	Dividendos	24.953	48.741	19.712
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.143	13.236	5.027

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. AOS ACIONISTAS

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades de 2022, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, acrescidas do balanço social, de modo a divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários, o compromisso com a responsabilidade social da Concessionária Rio-Teresópolis S/A.

Este relatório está em conformidade com a Resolução da ANTT 3.847 de 20 de junho de 2012, que aprovou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal concedida, com os devidos ajustes em decorrência do encerramento da atividade operacional em setembro/22.

Os valores são expressos em milhares de reais, para o período de apenas 9 (nove) meses, exceto quando indicado de outra forma.

2. INTRODUÇÃO

2.1 A CRT

A Concessionária Rio-Teresópolis S/A. (CRT) tem como objetivo a administração da Rodovia Santos Dumont, no trecho Além Paraíba - Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo inicial de 25 anos, concedida pelo poder público federal em 22/11/1995 e regulada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Sua operação teve início em 22/03/1996 e se estenderia até 21/03/2021, tendo o prazo alterado para 21/09/2022, devido ao atraso no processo de licitação.

2.2 Destaques do Ano

O ano de 2022 caracterizou-se pelo encerramento das atividades operacionais em setembro/22, data do encerramento do Quinto Aditivo ao contrato de concessão. A CRT realizou inúmeras atividades atendendo o Plano de Entrega da Concessão, buscando maximizar o aproveitamento dos colaboradores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A CRT intensificou os esforços junto à ANTT, objetivando a finalização do processo de Haveres e Deveres do contrato de concessão, assim como as tratativas de conclusão da apuração do valor do desequilíbrio do contrato de concessão.

A seguir, os destaques de 2022:

- **Rating**

A agência classificadora de riscos, Fitch Ratings em 13/07/2022, afirmou e, ao mesmo tempo, retirou o Rating Nacional de Longo Prazo “AAA (bra) da Concessionária Rio-Teresópolis S.A (CRT), com perspectiva estável. A retirada do rating ocorreu em função da proximidade do término do contrato de concessão.

- **Tarifa Básica de Pedágio**

Deliberação nº 158, de 20 de abril de 2022 – Aprovou o reajuste anual da tarifa básica de pedágio da Concessionária Rio Teresópolis S/A (CRT), com o percentual positivo de 15,13%, passando de R\$ 18,80 para R\$ 21,70 (PN1) e de R\$ 13,10 para R\$ 15,20 (PA1 e PA2), a partir do dia 01/05/2022.

- **Receita Líquida Ajustada**

A Receita Líquida Ajustada apresentou uma queda de 9,5% em relação a 2021 devido ao fim do contrato de concessão da CRT em 21/09/2022.

- **EBITDA Ajustado**

Com o encerramento das atividades da Companhia em 21/09/2022, a redução da Receita Líquida, houve uma queda do EBITDA Ajustado em relação a 2021 de 15,4%, alcançando o índice de 60,9% de Margem EBITDA Ajustada.

- **Reequilíbrio do Contrato de Concessão devido a retirada das praças de pedágio PN2 & PN3**

Também estão em curso, na esfera administrativa, as tratativas para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da CRT, face a perda de receita pela retirada das praças de pedágio de PN2 & PN3.

Na esfera judicial, a ação de obrigação de fazer foi favorável à CRT em 1º instância em outubro/2018.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

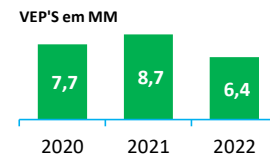
3. CONTEXTO SETORIAL

3.1 Receitas e Mercado

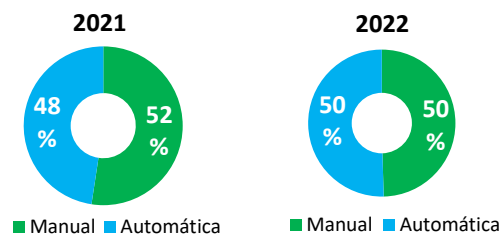
Conforme citado acima, as novas tarifas básicas de pedágio passaram a vigorar a partir de 01/05/2022.

Meios de Cobrança

Meios de Cobrança - mil	2022	2021	Δ%
Veículos Pagantes	6.407	8.738	-26,7%
Manual	3.177	4.578	-30,6%
Automática	3.230	4.160	-22,4%



A Companhia utilizava de dois meios de cobrança: a cobrança realizada nas cabines pelos nossos arrecadadores (Cobrança Manual) e a cobrança por meio de dispositivos eletrônicos - das operadoras Sem Parar/Via Fácil, ConectCar, Move Mais, Veloe e Greenpass - nas pistas automáticas (Cobrança Automática). O tráfego das pistas manuais apresentou uma queda de 1.401 mil veículos (-30,6%), e o tráfego das pistas automáticas de 930 mil veículos (-22,4%).



4. INDICADORES OPERACIONAIS

As informações a seguir atendem ao disposto na Resolução da ANTT nº 3847 de 20/06/2012.

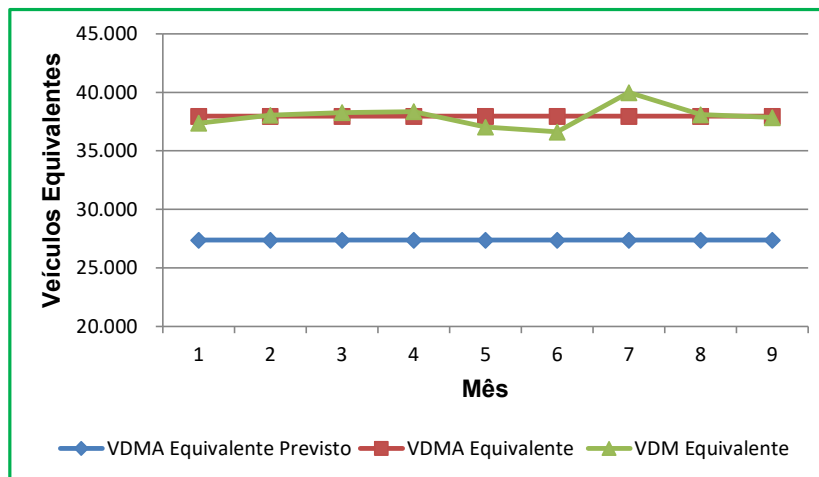
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.1 Caracterização do Tráfego

4.1.1 Volume

No gráfico abaixo é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA, respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

Variação mensal do volume em 2022



O VDMA equivalente realizado está abaixo do VDMA equivalente previsto no contrato de concessão, principalmente em função da decisão da ANTT pela suspensão da cobrança de pedágio na praça de Três Córregos (PN2), ocorrida em setembro de 2009, e pela não implantação da praça de pedágio PN3 no Km 14.

Tráfego Pedagiado em 2022

CATEGORIA	DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS			QUANT.
	TIPO DE VEÍCULO	EIXOS	RODAGEM	
1	automóvel, caminhonete e furgão	2	simples	4.690.108
2	caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	dupla	801.526
3	automóvel com semi-reboque e caminhonete com semi-reboque	3	simples	15.603
4	caminhão, caminhão-trator, caminhão- trator com semi-reboque e ônibus	3	dupla	239.608
5	automóvel com reboque e caminhonete com reboque	4	simples	3.609
6	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	4	dupla	188.313
7	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	5	dupla	108.785
8	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	6	dupla	189.264
9	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	7	dupla	33.054
10	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	8	dupla	1.168
11	motocicletas, motonetas e bicicletas a motor	2	simples	107.906
Especial	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	10 +	dupla	27.922
Total				6.406.866

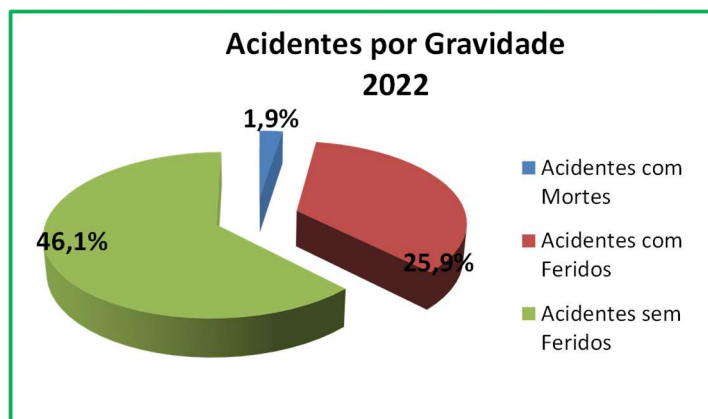
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.2 Segurança no Trânsito

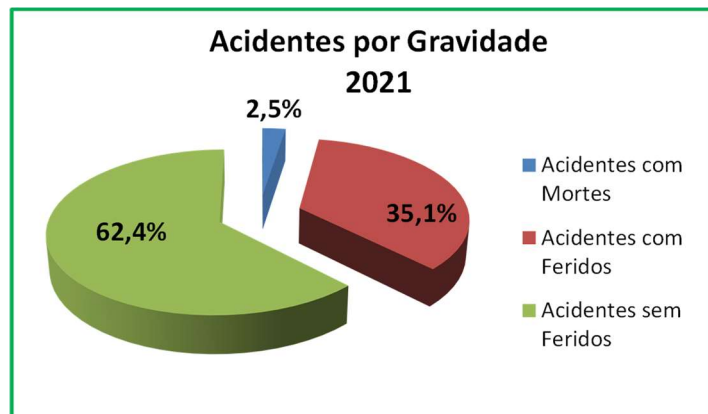
4.2.1 Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade e total de pessoas envolvidas em 2022 e 2021.

Percentual e acidentes por gravidade em 2022



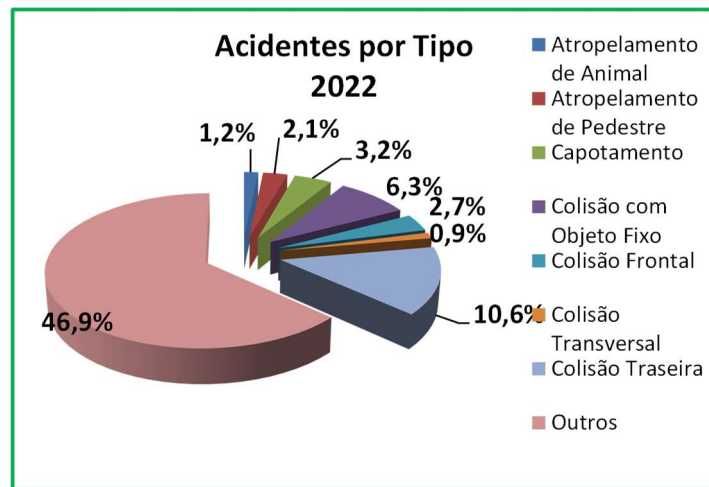
Percentual e acidentes por gravidade em 2021



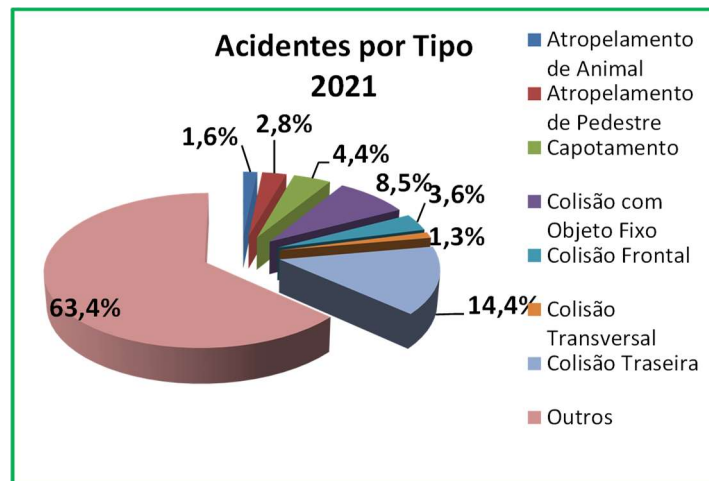
O gráfico apresenta o valor percentual dos principais tipos detectados no trecho concedido da rodovia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Acidente por tipo em 2022



Acidente por tipo em 2021



4.3 Dados de Operação da Concessão

4.3.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão em setembro/2022. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Tipos de veículos alocados na concessão**

Tipo de Veículos	Quantidade	Qte/100 Km
Viatura de Inspeção	5	4
Guincho Leve	3	2
Guincho Pesado	1	1
Guincho Super Pesado	2	1
Carro Resgate	3	2
Ambulância Simples	0	0
UTI	1	1
Balança Móvel	1	1
Balança Fixa	1	1
Total de Veículos Operacionais	17	12
Administração	19	13
Pedágio	1	1
Caminhão	0	0
Segurança do Trabalho	1	1
Manutenção	2	1
Faixa de domínio	1	1
Total de Veículos de Apoio	24	17
Total de Veículos	41	29

4.3.2 Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela, as quantidades de funcionários empregados pela Companhia na operação da concessão em setembro/2022. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Tipos de funcionários alocados na concessão**

Tipo de Função	Quantidade	Qte/VDMA
Coordenador de Tráfego	1	0,3
Insp. Tráfego	16	4,2
Operadores de CCO	7	1,8
Lider de CCO	4	1,1
Operador de CFTV	7	1,8
Coordenador Fx. Domínio	1	0,3
Operadores de Balança	39	10,3
Assistente de Balança	1	0,3
Guincho Leve	3	0,8
Guincho Pesado	1	0,3
Guincho Super Pesado	2	0,5
Médico	7	1,8
Resgatista/Socorrista	32	8,4
Total de Pessoal Operacional	121	31,9
Coordenador Pedágio	1	0,3
Líder de Praça	2	0,5
Sup. Pedágio	1	0,3
Controlador de Praça	5	1,3
Arrecadador	69	18,2
Total de Pessoal de Pedágio	78	20,5
Total	199	52,4

4.4 Aspectos Financeiros**4.4.1 Receitas**

Apresentamos a receita da concessionária em 2022 e o valor da receita acumulada desde o início da concessão, correspondente à receita obtida com pedágios e com outras fontes, sejam elas Complementares, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

R\$ mil	Em 2022	Acumulada
Receita com Pedágio	200.308	5.974.015
Receita extraordinária	1.351	20.378
Total	201.659	5.994.393

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais realizados em 2022, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

4.4.2 Investimentos

R\$ mil	Em 2022	Acumulado
Investimentos	13.183	1.227.101

4.4.3 Custos Operacionais

R\$ mil	Em 2022	Acumulado
Custos Operacionais	49.400	1.321.921

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras em 2022.

R\$ mil	Em 2022	Acumulado
ISS	9.950	292.042

Os valores acumulados foram atualizados pelo IPCA.

4.4.4 Tarifas de Pedágio

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria e veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio

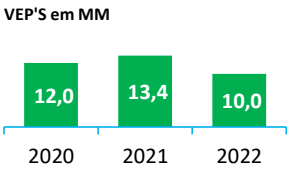
Praça de pedágio	Categoria de veículo								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
PN1 (km 133,5)	21,70	43,40	32,55	65,10	43,40	86,80	108,50	130,20	10,85
PA1 (km 114,5)	15,20	30,40	22,80	45,60	30,40	60,80	76,00	91,20	7,60
PA2 (km 122,0)	15,20	30,40	22,80	45,60	30,40	60,80	76,00	91,20	7,60

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

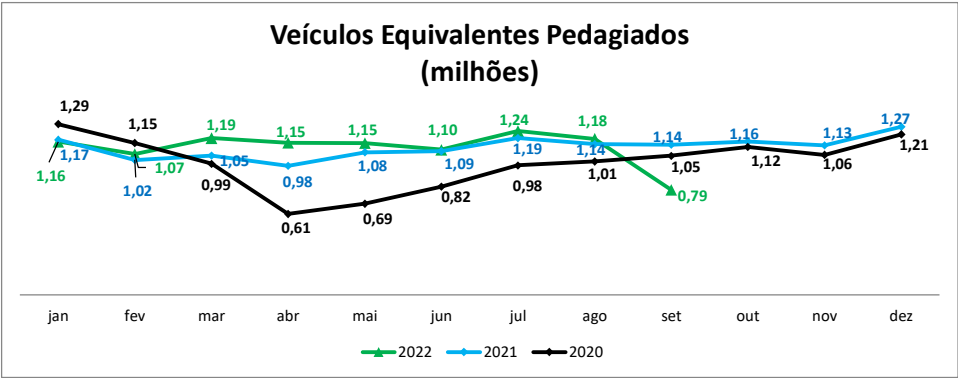
5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1 Veículos Equivalentes Pedagiados

Volume de Tráfego - mil	2022	2021	Δ%
Veículos Equivalentes Pagantes	10.021	13.414	-25,3%
Leves	4.775	6.571	-27,3%
Pesados	5.247	6.843	-23,3%



Em 2022, foram pedagiados 10 milhões de veículos equivalentes, queda de 25,3% em relação a 2021. Os veículos leves apresentaram queda de 1.796 mil VEP's (-27,3%) e os veículos pesados de 1.596 mil VEP's (-23,3%).



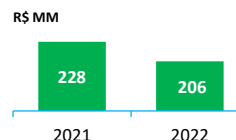
6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 Valor Adicionado

Em 2022, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 109M, redução de -31,87% em relação a 2021, cujo valor adicionado foi de R\$ 160M.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Receita Operacional**

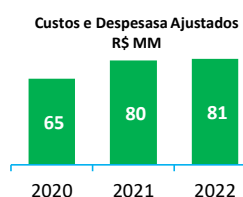
R\$ mil	2022	2021	Δ%
Receita Líquida	217.251	251.182	-13,5%
Receitas de Pedágio	200.308	248.817	-19,5%
Outras Receitas	25.740	3.898	560,3%
Receita de Construção (IFRS)	11.074	23.269	-52,4%
Deduções da Receita	(19.871)	(24.802)	-19,9%
Receita Líquida Ajustada¹	206.177	227.913	-9,5%

¹ Exclui Receita de Construção e provisões.

- **Receita de Pedágio** – A Receita com Pedágio em 2022 foi de R\$ 200,3M, o que representou uma queda de R\$ 48,6M em relação ao ano anterior, devido ao fim do contrato de concessão em 21/09/2022.
- **Receitas Extraordinárias/Outras** – As receitas Extraordinárias/Outras somaram R\$ 25,7M em 2022, crescimento de R\$ 21,8M em relação a 2021. O crescimento deve-se reconhecimento da receita de reequilíbrio em função do menor tráfego realizado quando comparado com o 5º aditivo do contrato de concessão, no valor de R\$ 22,8M.
- **Receita da Construção** - Foram apurados como receita de construção (IFRS) R\$ 11,1M sem qualquer impacto no resultado, uma vez que esse montante é totalmente anulado com os custos de construção, devido à adoção de margem zero para os serviços de construção.

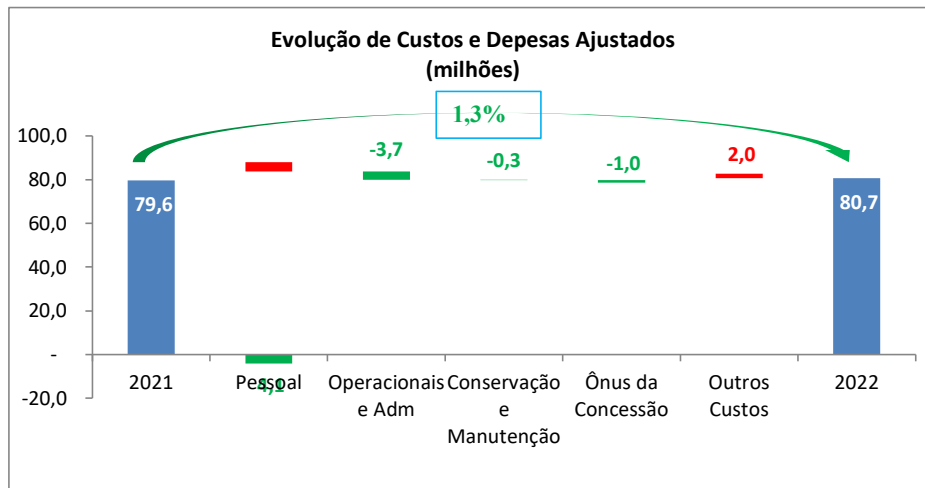
6.2 Custos e Despesas

R\$ mil	2022	2021	Δ%
Custos e Despesas	154.962	137.863	12,4%
Pessoal	28.502	24.359	17,0%
Operacionais e Administrativas	27.029	30.750	-12,1%
Conservação e Manutenção	13.445	13.782	-2,4%
Ônus da Concessão	3.464	4.499	-23,0%
Outros Custos/Despesas	8.273	6.249	32,4%
Provisões Líquidas	2.526	(1.869)	-235,1%
Custo da Construção (IFRS)	11.074	23.269	-52,4%
Depreciações e Amortizações	60.649	36.824	64,7%
Custos e Despesas Ajustados¹	80.713	79.639	1,3%

¹ Exclui Custo de Construção, Provisões, Depreciações e Amortizações

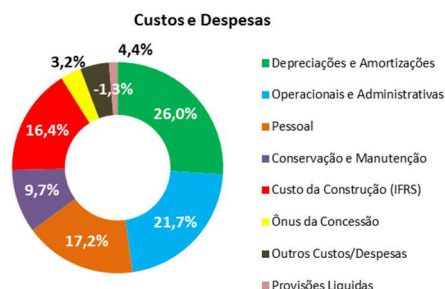
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os Custos e Despesas Ajustados estão R\$ 1,1M (+1,3%) acima dos registrados em 2021. Dentre as principais variações destacamos: **Pessoal** - aumento de R\$ 4,1M (+17,0%), em função do reajuste salarial e das rescisões devido ao fim das operações da companhia; **Operacionais /Administrativas e Ônus da Concessão** – queda devido ao fim do contrato de concessão; **Outros Custos/Despesas** – crescimento de R\$ 2,5M com despesas de sinistros provocados por escorregamento de encostas. **Provisões Líquidas** - Reversão de provisões referentes a ações cíveis, tributárias e trabalhistas.



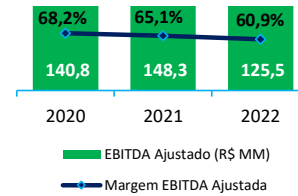
As despesas com Depreciação e Amortização de 2022 totalizaram R\$ 60,6M, acima em 64,7% em relação ao ano de 2021 (+R\$ 23,8M).

6.3 EBITDA e Margem EBITDA

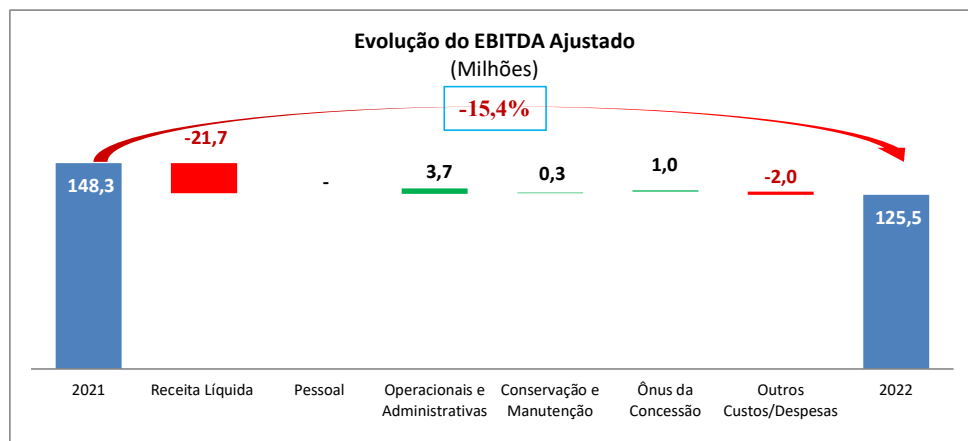


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA e Margem EBITDA Ajustados	2022	2021	Δ%
Receita Líquida Ajustada ¹	206.177	227.913	-9,5%
Pessoal	(28.502)	(24.359)	17,0%
Operacionais e Administrativas	(27.029)	(30.750)	-12,1%
Conservação e Manutenção	(13.445)	(13.782)	-2,4%
Ônus da Concessão	(3.464)	(4.499)	-23,0%
Outros Custos/Despesas	(8.273)	(6.249)	32,4%
EBITDA Ajustado	125.464	148.274	-15,4%
Margem EBITDA Ajustada	60,9%	65,1%	-4,2 p.p.

¹Exclui Receita de Construção e provisões

O EBITDA Ajustado do ano totalizou R\$ 125,5M, queda de R\$ 22,8M (-15,4%) em relação ao apurado em 2021. A Margem EBITDA Ajustada foi de 60,9% (-4,2 p.p.).

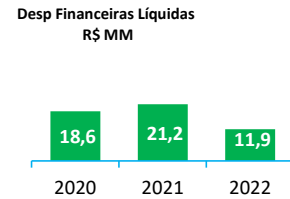


O EBITDA é o lucro líquido adicionado de imposto de renda, das (receitas) despesas financeiras líquidas, da variação cambial e monetária líquida e de depreciações e amortizações. Não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando, portanto, o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Por não ter um significado padronizado, nossa definição pode não ser comparável à de outras companhias. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e/ou analistas financeiros o utilizam como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

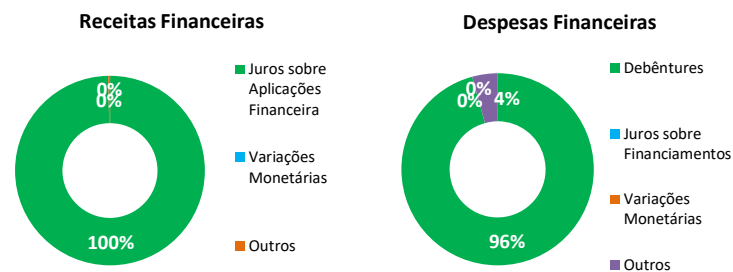
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6.4 Resultado Financeiro

Resultado Financeiro - R\$ mil	2022	2021	Δ%
Receitas Financeiras	14.768	4.877	202,8%
Juros sobre Aplicações Financeiras	14.724	4.635	217,7%
Variações Monetárias	0	241	0,0%
Outros	44	1	3972,0%
Despesas Financeiras	(26.660)	(26.110)	2,1%
Debêntures	(25.529)	(38.008)	-32,8%
Juros sobre Financiamentos	-	(6)	-100,0%
Variações Monetárias	-	12.646	-100,0%
Outros	(1.131)	(742)	52,5%
Resultado Financeiro	(11.892)	(21.233)	-44,0%



O resultado financeiro da Companhia em 2022 totalizou R\$ 11,9M de despesas financeiras líquidas, o que representa uma queda de R\$ 9,3M em relação a 2021, devido ao maior rendimento com aplicações financeiras, em função da maior disponibilidade de caixa.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**6.5 Resultado do Exercício**

DESCRIÇÃO	2022	2021	Δ%
Veículos equivalentes	10.021	13.414	-25,3%
Receita operacional líquida	217.251	251.182	-13,5%
Receitas operacionais	200.308	248.817	-19,5%
Abatimentos	(2.657)	(3.240)	-18,0%
PIS, COFINS, ISS e outros	(17.214)	(21.562)	-20,2%
Outras receitas	25.740	3.898	560,3%
Receita de construção	11.074	23.269	-52,4%
Custos e despesas	(94.313)	(101.039)	-6,7%
Custos e despesas	(77.249)	(75.140)	2,8%
Provisões diversas	(5.365)	(1.340)	300,4%
Reversões diversas	2.839	3.209	-11,5%
Ônus da concessão	(3.464)	(4.499)	-23,0%
Custo de construção	(11.074)	(23.269)	-52,4%
EBITDA	122.938	150.143	-18,1%
<i>EBITDA/receita líquida</i>	<i>56,59%</i>	<i>59,77%</i>	<i>-3,18 p.p.</i>
Depreciações e amortizações ¹	(60.649)	(36.824)	64,7%
Despesas financeiras líquidas ²	(11.892)	(21.233)	-44,0%
Lucro antes i. renda	50.397	92.086	-45,3%
Imposto de renda/contribuição social	(18.545)	(30.109)	-38,4%
Lucro líquido das operações continuadas	31.852	61.977	-48,6%
Lucro líquido das operações descontinuadas	244	-	0,0%
Lucro líquido/receita líquida	14,77%	24,67%	-9,90 p.p.
Receita líquida ajustada³	206.177	227.913	-9,5%
EBITDA ajustado⁴	125.464	148.274	-15,4%
Margem EBITDA ajustada	60,9%	65,1%	-4,2 p.p.

¹ Inclui R\$ 2.807 de arrendamento IFRS 16² Inclui R\$ 208 de arrendamento IFRS 16³ Exclui receita de construção e provisões⁴ Exclui receita/custo de construção e provisões/reversões diversas

O Lucro Líquido no ano, por ação preferencial, atingiu R\$ 391,30 contra R\$ 755,52 em 2022. Por ação ordinária, o valor foi de R\$ 355,70 contra R\$ 686,86 em 2021. As variações positivas foram motivadas pela recuperação parcial do tráfego.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Reconciliação EBITDA Ajustado**

EBITDA ajustado	2022	2021	Δ%
Lucro líquido no período	31.852	61.977	-48,6%
Imposto de Renda e CSLL	18.545	30.109	-38,4%
Participações	25.528	38.008	-32,8%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(13.636)	(16.775)	-18,7%
Depreciação e amortização	60.649	36.824	64,7%
Provisões Líquidas	2.526	(1.869)	-235,2%
EBITDA Ajustado¹	125.464	148.274	-15,4%
Margem EBITDA Ajustada	60,9%	65,1%	-4,2 p.p.

¹ Exclui Custo/Receita de Construção e provisões

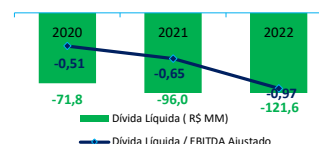
6.6 Disponibilidade e Endividamento**6.7.1 Captações de recursos**

Todos os financiamentos obtidos pela companhia foram devidamente quitados.

6.7.2 Disponibilidade e Endividamento Consolidado

Endividamento R\$ mil	2022	2021	Δ%
Curto Prazo	11.472	14.082	-18,5%
Debêntures	11.472	14.082	-18,5%
Dívida Bruta	11.472	14.082	-18,5%
Caixa e Equivalente de Caixa	133.046	110.042	20,9%
Dívida Líquida	(121.574)	(95.960)	26,7%
EBITDA Ajustado	125.464	148.274	-15,4%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	- 0,97	- 0,65	49,7%

¹ EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses



A Companhia encerrou o exercício com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 133,0M, superando o saldo de 2021 em R\$ 23,0M. O crescimento do saldo deve-se ao maior rendimento com aplicações financeiras e ao menor desembolso com investimentos.

O saldo da dívida bruta em dezembro/2022 é de R\$ 11,5M, uma redução de R\$ 2,6M em relação ao saldo de dezembro/2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A relação Dívida Líquida/EBITDA de 2022 apresentou o indicador de -0,97 contra -0,65 de 2021.

A remuneração das debêntures é realizada por meio de participação nos resultados da Companhia.

6.7 Principais Investimentos

Investimentos - R\$ milhões	2022	2021	Δ%
Ampliação da Rodovia	3.042	5.110	-40%
Contenções de encostas	890	984	-10%
Reconstrução do pavimento flexível e rígido	7.403	17.589	-58%
Total	11.335	23.683	-52%



Em 2022 foram investidos R\$ 11,3M, com destaque para obras de reconstrução do pavimento flexível.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7. GESTÃO ESTRATÉGICA

7.1 Estratégica

7.1.1 Planejamento Empresarial

A Companhia tem obtido sucesso sistematicamente na obtenção das metas empresariais fixadas pelo Conselho de Administração, buscando adaptar-se rapidamente às mudanças decorrentes do cenário econômico e em função das demandas decorrentes da agência reguladora na execução do contrato de concessão.

7.2 Política de Distribuição de Resultados

7.2.1 Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. A Companhia tem buscado maximizar a distribuição de dividendos, após atendimento das exigências contratuais, legais e operacionais, tendo como meta a distribuição anual mínima de 75% do resultado após constituição das reservas legais e estatutárias.

7.2.2 Remuneração das Debêntures

Cada debênture terá direito à participação nos lucros da companhia, após constituição das reservas legais e estatutárias, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela CRT de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela empresa a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações. A participação nos lucros é calculada de acordo com a seguinte fórmula: $(R = 4,1180175 \times D)^1$.

¹ R = remuneração total de cada Debênture; e D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, observando a ressalva do disposto na Cláusula 2.17 da Escritura de Emissão das Debêntures.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7.2.3 Atribuições no ano

O montante atribuído aos Acionistas e a remuneração dos Debenturistas referente ao resultado de 2022 totalizaram R\$ 51,4M (acionistas R\$ 30,4M e debenturistas R\$ 20,9M), calculados na base de 100% do resultado.

7.3 Ética e Transparência

A CRT lançou em 2015 seu Código de Ética e Conduta direcionado a todos os colaboradores, diretores, conselheiros e acionistas, bem como aos seus prestadores de serviços e fornecedores. O projeto teve início em 2013 com a promulgação da Lei Anticorrupção nº 12.846 de 02/08/2013, à qual a Companhia buscou manter total aderência aos seus princípios. O Código de Ética e Conduta aponta importantes diretrizes e normas para garantir o combate à corrupção, assim como quaisquer outras ações (mesmo realizadas por outra empresa privada) que causem prejuízos à CRT e/ou propiciem vantagens indevidas aos seus colaboradores, diretores, conselheiros, acionistas ou quaisquer terceiros.

Após a realização do treinamento de todos os colaboradores, o Código de Ética e Conduta foi disponibilizado juntamente com um canal de denúncias gerenciado por empresa externa, independente e especializada, a fim de garantir o anonimato e eficiência no processamento destas.

Em 2020 e 2021 a CRT atualizou suas políticas de Compliance, implementou mecanismos para atender a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, manteve todos os funcionários atualizados por meio de veiculação de conteúdo digital e promoveu treinamento em sala de aula virtual para funcionários e terceiros.

7.4 Recursos Humanos

A Companhia encerrou o ano de 2022 com o efetivo de 31 funcionários.

A CRT manteve o subsídio do seguro de vida em grupo, da assistência médica, do Vale Transporte e do Vale Refeição, bem como incentivo a prática de atividade física.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7.5 Governança Corporativa

7.5.1 Conselho de Administração

A CRT conta com um Conselho de Administração que se reúne mensalmente, ou sempre que necessário, e é composto por 7 (sete) conselheiros representantes dos acionistas controladores, minoritários e debenturistas, com uma organização e procedimentos de registro e tomada de decisão em conformidade com as melhores práticas de Governança Corporativa.

7.5.2 Comitê Jurídico

Criado em agosto/15, o comitê jurídico é composto por advogados indicados pelo Conselho de Administração com o objetivo de avaliar, propor e validar estratégias jurídicas a serem adotadas pela CRT em temas previamente escolhidos.

7.5.3 Comitê de Conduta e Ética

Composto por um colaborador externo, um colaborador membro do Conselho de Administração da CRT e um colaborador interno indicado pelo Presidente do Comitê de Ética da CRT, todos formalmente nomeados ou destituídos pelo Conselho de Administração da Companhia. Esse comitê tem como principais atribuições: auxiliar todos os colaboradores na compreensão das diretrizes éticas da CRT, zelar pela atualização dessas diretrizes, analisar e decidir sobre eventuais infrações e violações ao Código de Ética da CRT, determinar adoção de medidas necessárias em caso de descumprimento das políticas definidas no Código de Ética, e assegurar que o Conselho de Administração esteja ciente dos assuntos que possam causar impacto significativo à imagem da CRT.

7.5.4 Auditoria Interna

O Conselho de Administração da CRT aprova a programação de auditoria do ano, cuja coordenação é exercida pela Auditoria Interna da INVEPAR.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7.5.5 Assembleia dos Debenturistas

Em conformidade com a escritura de emissão das debêntures, os debenturistas se reúnem previamente para deliberar sobre os temas previstos na referida escritura, de forma a orientar o voto dos debenturistas representados no Conselho de Administração da CRT.

7.5.6 Outros Comitês

A Companhia, sempre que solicitada, participa dos comitês de governança dos acionistas e investidores.

Para mais informações sobre a governança da CRT, consulte o site www.rioteresopolis.com.br, na seção Relações com Investidores.

7.6 Responsabilidade Social e Ambiental

Durante 2022 não houve patrocínio de projetos sociais.

Na área ambiental, ao longo da gestão do contrato de concessão, podemos destacar:

- Programa de Educação Ambiental em escolas da região: Contratação de empresa terceirizada com o intuito de proporcionar um aprendizado de qualidade por meio de atividades lúdicas e interativas, que abordam as temáticas sobre os ecossistemas e educação no trânsito, contribuindo para o fortalecimento da educação ambiental regional. Foram beneficiadas as turmas do 6º, 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental II dos municípios de Guapimirim e Teresópolis.
- Projeto Fauna Viva, que existia desde 2008 e contava com o apoio e a colaboração do Instituto Chico Mendes, do IBAMA, do Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Laboratório de Anatomia.

O objetivo central é identificar e monitorar os animais silvestres atropelados na BR-116/RJ e os pontos com maior incidência desse tipo de acidente. Dessa forma, buscava-se informações para embasar o planejamento e a execução de ações que ajudassem na redução dessas ocorrências, como, por exemplo, a implantação de dispositivos que

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

permitissem a travessia segura dos animais. Outro desdobramento do projeto é resgatar espécies saudáveis feridas ou em perigo no entorno da rodovia.

O Projeto Fauna Viva foi realizado na BR-116/RJ, trecho Rio-Teresópolis - Além Paraíba, totalizando 142,5 quilômetros. A área de estudo iniciava-se no município de Duque de Caxias e atravessa os municípios de Magé, Guapimirim, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto e Sapucaia.

O trecho abriga uma das maiores reservas de Mata Atlântica do País - o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO). Ali vivem várias espécies como a onça-parda, macaco muriqui, preguiça, cachorro do mato além de diversas aves. Algumas espécies correm um risco maior de serem impactadas pelos atropelamentos na área da rodovia, como o macaco bugio, preguiça, cachorro-do-mato, tatu-galinha, gambá, ouriço-cacheiro, gaviões, e corujas de diversas espécies.

- A seguir, demais projetos implantados na área ambiental:
 - ✓ Programa de Monitoramento Pluviométrico;
 - ✓ Programa de Implantação de Espécies Nativas da Mata Atlântica;
 - ✓ Programa de Controle Ambiental;
 - ✓ Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social;
 - ✓ Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
 - ✓ Programa de Controle e Gerenciamento de Resíduos.

A sustentabilidade também foi uma prática constante na CRT. Pelo projeto de compostagem, as sobras de alimentos geradas no restaurante da empresa são transformadas em composto orgânico para utilizar no plantio e manutenção das espécies cultivadas no horto florestal. Essas espécies são utilizadas em plantios compensatórios e paisagísticos, e aplicadas como barreira antiofuscante na rodovia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7.7 Concessionária em números

Tabela - Rodovias										
Dados anuais										
Quilômetros de rodovia	142,5 km de extensão - BR - 116/RJ, trecho Além Paraíba - Teresópolis - Entroncamento c/ a BR 040/RJ									
Número de veículos que transitaram	EIXOS QUANT.	2 5.599.540	3 255.211	4 191.922	5 108.785	6 189.264	7 33.054	8 1.168	10 + 27.922	TOTAL 6.406.866
Número de praças de pedágios	São 3 praças de Pedágio em operação, PN2 foi suspensa e PN3 não foi construída conforme determinação da ANTT.									
Tarifa	Praça de pedágio principal: Automóvel - R\$ 21,70; Comercial por eixo - R\$ 21,70; Motocicletas - R\$ 10,85 Praças de pedágio auxiliares: Automóvel - R\$ 15,20; Comercial por eixo - R\$ 15,20; Motocicletas - R\$ 7,60.									
Número de quilômetros mantidos	142,5 km									
Índice de congestionamento										
Trânsito Médio Diário Equivalente	jan/22 37.370	fev/22 38.047	mar/22 38.266	abr/22 38.346	mai/22 37.030	jun/22 36.604	jul/22 39.982	ago/22 38.091	set/22 37.842	
Trânsito Médio Anual Equivalente	37.960									
Equipes utilizadas pelo concessionário	4 Bases Operacionais; 72 Câmeras de monitoramento; 3 Carros-resgate; 7 Estação meteorológica; 9 Estação pluviométrica; 6 Guinchos; 6 Painéis de mensagens variáveis; 100 Telefones de emergência (callboxes); 1 UTI - Móvel; 5 Viaturas de Inspeção;									
Índice de qualidade de estrada										
Receita de Pedágio	200.308									
Custos associados às receitas de pedágio	117.993									
Fator Trabalho										
Número de Trabalhadores	31									
Despesas de Pessoal	26.208									
Fator Capital										
Despesas de Depreciação/ Amortização	535.818									
Ativo Líquido	22									
Ativo Bruto	535.840									
Série Histórica dos Investimentos										
	ANO	1996 18.325	1997 10.534	1998 7.843	1999 19.606	2000 20.067	2001 19.239	2002 12.039	2003 7.078	2004 7.213
		2005 11.999	2006 9.891							
	ANO	2007 14.247	2008 13.428	2009 22.423	2010 20.215	2011 57.737	2012 44.760	2013 45.788	2014 31.121	2015 35.210
		2016 13.988	2017 20.470							
	ANO	2018 11.415	2019 22.371	2020 40.203	2021 28.341	2022 13.183				
Fatores Intermediários										
Despesas em Administração	4.255									
Despesas em Manutenção	1.834									
Outras Despesas	8.394									
Seguridade										
	Acidentes por Gravidade		Quant.							
	Acidentes com Mortes		19							
	Acidentes com Feridos		388							
Quantidade de acidentes	Acidentes sem Feridos		1.082							
	Total		1.489							
Indicadores										
Receita por Veículo	31,26									
Custo por veículo	18,42									

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7.8 Balanço Social

CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S/A - CRT

Balanço Social						
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em mil)						
1 - Base de cálculo	2022 - Valor			2021 - Valor		
Faturamento bruto	212.733			273.564		
Receita líquida (RL)	192.862			248.762		
Resultado operacional (RO)	13.393			108.478		
Folha de pagamento bruta (FPB)	21.281			19.100		
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	20.483			17.692		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.109	5%	1%	1.336	7%	1%
Encargos Sociais	9.203	43%	5%	5.012	26%	2%
Saúde	1.712	8%	1%	2.275	12%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	315	1%	0%	269	1%	0%
Educação	-			2	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	2	0%	0%	6	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	4.029	19%	2%	3.230	17%	1%
Outros	1.086	5%	1%	1.728	9%	1%
Total - Indicadores sociais internos	17.456	82%	10%	13.858	73%	9%
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Cultura	-			-		
Outros	2	0%	0%	4	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	2	0%		4	0%	
Tributos (Exceto encargos sociais)	35.966	169%	19%	52.543	275%	21%
Total - Indicadores sociais externos	35.968	169%	19%	52.547	275%	21%
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	886	4%	0%	1.020	5%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	523	2%	0%	611	3%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	1.409	7%		1.631	9%	
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, ou consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%			() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional	2022			2021		
Nº de colaboradores ao final do período	31			275		
Tempo de serviço	- até seis meses - de seis meses a um ano 3,23% entre um e dois anos 16,13% entre dois e cinco anos 80,65% mais de cinco anos			7,64% até seis meses 1,09% de seis meses a um ano 5,45% entre um e dois anos 38,18% entre dois e cinco anos 47,64% mais de cinco anos		
Nº de admissões durante o período	19			25		
Nº de demissões durante o período	263			24		
Nº de estagiários (as)	0			0		
Nº de colaboradores terceirizados	0			514		
Nº de colaboradores com até 18 anos	0			8		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	0			7		
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	10			197		
Nº de colaboradores acima de 45 anos	21			63		
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	13			111		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	42,86%			28,57%		
Remuneração paga a mulheres no período	69			271		
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	0			39		
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	0			8		
Total de horas extras trabalhadas	7			1.797		
Total de horas extras pagas	287	1%	0%	433	2%	0%
Total de INSS pagos	3.081	14%	2%	3.060	16%	1%
Total de FGTS pago	3.744	18%	2%	1.199	6%	0%
Total de Contribuição Sindical paga	204	1%	0%	205	1%	0%
Total dos demais encargos sociais pagos	3.587	17%	2%	483	3%	0%
Total de ICMS recolhido no período	-			738	4%	0%
Total de IR recolhido no período	13.885	65%	7%	22.152	116%	9%
Total de CSLL recolhida no período	4.784	22%	2%	7.957	42%	3%
Total de PIS recolhida no período	1.294	6%	1%	1.640	9%	1%
Total de COFINS recolhida no período	5.970	28%	3%	7.569	40%	3%
Total de outros tributos recolhidos no período	10.081	47%	5%	12.542	66%	5%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2022	2021
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	65,58%	58,12%
Número total de acidentes de trabalho	3	1
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	☐ direção ☐ direção e gerenciais ☐ todos os colaboradores	☒ direção ☐ direção e gerenciais ☐ todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	☐ direção e gerenciais ☒ todos os colaboradores ☐ todos + CIPA	☐ direção e gerenciais ☒ todos os colaboradores ☐ todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	☒ não se envolve ☐ segue as normas da OIT ☐ incentiva as normas da OIT	☒ não se envolve ☐ segue as normas da OIT ☐ incentiva as normas da OIT
A participação nos lucros ou resultados contempla:	☐ direção ☐ direção e gerenciais ☒ direção e todos os colaboradores	☐ direção ☐ direção e gerenciais ☒ direção e todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	☐ não são considerados ☐ são sugeridos ☒ são exigidos ☐ não se envolve	☐ não são considerados ☐ são sugeridos ☒ são exigidos ☐ não se envolve
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	☐ apoia ☐ organiza e incentiva	☐ apoia ☒ organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	68% na Concessionária 0% no PROCON 3% na Justiça	75% na Concessionária - no PROCON 5% na Justiça

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**8.1 Prêmios e Reconhecimentos**

- Em 2005, a CRT foi eleita a melhor concessionária federal, segundo pesquisa de avaliação da satisfação dos usuários de serviços das empresas de transporte terrestre, realizada entre os meses de junho e julho pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) por meio de empresa especializada.
- Em 2014, a pesquisa de satisfação foi realizada em todo o território nacional entre março e junho, com aplicação de, aproximadamente, 89 mil questionários junto a usuários de rodovias federais, transportes rodoviários de passageiros e transporte ferroviário de carga. No segmento de rodovias concedidas foram realizadas 11.947 entrevistas com motoristas amadores e profissionais, que avaliaram 49 trechos de 14 concessionárias. Como resultado da consulta, a Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ) administrada pela Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) e a Rodovia Presidente Dutra (BR-116) foram apontadas como as melhores rodovias federais sob concessão no país, com a avaliação média geral de 7,1.
- Segundo a pesquisa IBOPE/2020, realizada a cada dois anos, conforme previsto no contrato de concessão, 84% dos entrevistados continuam avaliando positivamente as

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

condições da estrada, e consideram a rodovia Ótima + Boa. Esse índice revela a satisfação de nossos usuários em relação aos investimentos e serviços prestados pela Companhia.

8.2 Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, BKR Lopes Machado Auditores, não prestaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

8.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Concessionária Rio-Teresópolis S/A declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente da BKR Lopes Machado Auditores e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

8.4 Agradecimentos

Aproveitamos o ensejo para agradecer aos usuários da rodovia, ao permanente apoio dos acionistas, investidores, fornecedores, Poder Concedente e demais instituições governamentais, e a todos os nossos colaboradores pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades ao longo do contrato de concessão

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas

1 - Informações Gerais

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. (“CRT” ou “Companhia”) - foi constituída em 7 de novembro de 1995, sob a forma de “sociedade anônima”, com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A sede esteve localizada na Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ), s/n, Km 133,5 – Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, Bongaba, Magé, RJ, durante o período de exploração da rodovia e atualmente, a sede da CRT encontra-se localizada na Rua do Passeio, 38, Centro, Rio de Janeiro – RJ.

A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Seu principal acionista é Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR. Suas atividades compreendiam, exclusivamente, a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário. A concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba - Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, teve início em 22 de março de 1996.

Em 18 de março de 2021 foi assinado o quinto termo aditivo ao contrato de concessão estendendo o prazo da concessão por 18 meses, com término em 21 de setembro de 2022, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receitas, de acordo com os termos definidos no contrato de concessão. A ANTT através da Deliberação Nº158 de 20 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 26 de abril de 2022, aprovou o reajuste anual da tarifa básica de pedágio (TBP), autorizando o reajuste da TBP de R\$ 18,80 para R\$ 21,70, que passou a vigorar a partir do dia 01 de maio de 2022. O Processo relacionado a apuração de haveres e deveres foi iniciado atendendo a Resolução da ANTT 5.926, de 02 de fevereiro de 2021.

A CRT protocolou em 05 de maio de 2017, nova Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro existente no contrato de concessão firmado com a CRT, que persiste desde 2013, provocado, principalmente, pelas retiradas das praças de pedágio de PN2 e PN3, localizadas no km 71 e km 14, respectivamente, que desde 2013 a CRT tem tentado junto à ANTT uma forma de reequilibrá-lo. Embora a ANTT tenha reconhecido através da Resolução nº 5.417 de 20 de setembro de 2017, o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão apresentado na 7ª revisão extraordinária e na 21ª revisão ordinária, continuam em curso, na esfera administrativa, as tratativas para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Na esfera judicial, a ação de obrigação de fazer foi favorável à CRT em 1ª instância em outubro de 2018.

Notas Explicativas

Em 20 de maio de 2022 foi realizado o leilão da Rodovia Rio-Valadares (CRV) tendo sido declarada vencedora a empresa Ecorodovias. Em atendimento ao Ofício SEI 17453/2022/SUOD/DIR-ANTT, de 8 de junho de 2022, a CRT iniciou as tratativas do processo de transição com a ANTT e a empresa vencedora do leilão citado acima.

A CRT realizou inúmeras tentativas com a ANTT para continuar operando a rodovia, uma vez que o processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ainda não havia sido concluído. A ANTT não se manifestou favorável quanto as alegações da CRT.

Em 01 de setembro de 2022, a CRT ajuizou Ação de Obrigação de Fazer com Pedido de Tutela de urgência, visando a continuidade na exploração da rodovia, até que fossem apreciados os pleitos de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro e a conclusão do processo de haveres e deveres em análise pela ANTT. Em 20 de setembro de 2022, em decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região houve o indeferimento do pedido realizado pela CRT para restabelecer a administração do trecho concedido mediante a celebração do contrato de concessão.

Em 21 de setembro de 2022, às 00:00 horas, o novo concessionário EcoRioMinas assumiu a exploração da Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ), anteriormente administrada pela Concessionária Rio Teresópolis S.A – CRT.

A CRT continua as tratativas com a ANTT, na esfera administrativa, para apuração final do processo de Haveres e Deveres e a definição de forma e prazo de pagamento dos créditos devidos a CRT.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras foi concedida pelo conselho de Administração da Companhia em 24 de fevereiro de 2023.

2 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1. Bases de preparação

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Notas Explicativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.18.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro (*“International Financial Reporting Standards”* (IFRS)), emitidas pelo *“International Accounting Standards Board”* (IASB), bem como as orientações específicas emanadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há normas IFRS/CPC e/ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderão ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia.

2.3 Aplicação financeira

A Companhia classifica sua aplicação financeira pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos no período. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações são reconhecidos no resultado do exercício.

Notas Explicativas

2.4 Créditos a receber

Os créditos a receber correspondiam aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio eletrônico, receitas alternativas, ou pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio eletrônico são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Companhia conhece a abordagem simplificada conforme indicado pelo IFRS 9/CPC 48, que determina as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis, porém por não considerar duvidosa a recuperação dos créditos, não constituiu provisão para perdas.

2.5 Estoques

Os estoques eram apresentados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. O custo é determinado pelo método do custo médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

2.6 Ativos intangíveis

(a) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão foram registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

O reconhecimento inicial do ativo intangível é feito pelo custo de aquisição/ construção, que contemplam ainda os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação de itens da infraestrutura, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e das perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida com base no prazo de concessão. Quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Intangível em formação corresponde aos custos incorridos e capitalizados que estão diretamente relacionados às atividades de construção da infraestrutura objeto da concessão das rodovias. Adicionalmente, os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia são capitalizados à medida em que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação da infraestrutura da concessão.

Notas Explicativas

(b) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados.

Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A Companhia não opera com desenvolvimento de softwares.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e demonstrado deduzido das respectivas depreciações acumulada calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada e serão depreciados até o encerramento da Companhia. Abaixo vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Equipamentos e instalações	10
Computadores e periféricos	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10
Prédios e benfeitorias	25

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas Explicativas

2.8 Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se fez necessária a constituição de provisão para recuperação de ativos.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido dos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido dos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.9 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-los e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Notas Explicativas

2.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de doze meses. Caso contrário, as contas a pagar, são apresentadas como passivo não circulante. Normalmente é reconhecida pelo valor da fatura correspondente a aquisição.

2.11 Tributação

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65 e 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00 e 7,60%
Imposto Sobre Serviço	ISS	5%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções da receita bruta na Demonstração do Resultado, juntamente com o ISS.

a) *Imposto de Renda e Contribuição Social*

A tributação sobre o lucro do período compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), abrangendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Notas Explicativas

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos sobre as diferenças temporárias foram constituídos usando- se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. As projeções para geração de lucro tributável futuro estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e poderá ser baixado na medida em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para sua utilização. Os impostos diferidos ativos são revisados trimestralmente. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperado ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal que os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.12 Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados em conformidade com a política que atribui na parcela do lucro destinado aos acionistas após certos ajustes, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração.

2.13 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais, quando aplicável, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Notas Explicativas

2.14 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das classificações, levando em consideração o tipo de transação, tipo de cliente e as especificações de cada operação.

a) Receita de serviços

A receita de serviços compreende a cobrança e pedágio e é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta, exatamente, os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

A atividade da Companhia é alcançada pela ICPC01, sendo a receita de construção registrada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas Demonstrações do Resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção, uma vez que contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos, cabendo à CRT a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

2.15 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da mesma observada as antecipações. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, mediante a recomendação/validação prévia do Conselho de Administração.

Notas Explicativas

2.16 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro diluído por ação é calculado através do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. Adicionalmente, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o lucro por ação.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão destas demonstrações financeiras.

2.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados pelo seu valor presente, e os circulantes somente quando o efeito é considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Notas Explicativas

a.1) Amortização do ativo intangível da concessão

No julgamento da Administração, o método que melhor reflete o consumo do ativo intangível é o método de amortização linear. Assim, os valores registrados como ativo intangível de concessão, são amortizados ao longo do período do contrato de concessão.

b) Estimativas e premissas

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas que apresentam maior probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

b.1) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia, quando aplicável, constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais, bem como a avaliação dos advogados externos. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas Explicativas

b.2) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas Apólices de Seguro, quando aplicável, em conformidade com o CPC 25. Na Nota 14 estão divulgados os montantes dos processos judiciais classificadas com risco de perda “possível”, os quais poderão impactar o saldo da provisão para contingências no próximo exercício social, caso a sua probabilidade de perda seja reavaliada para “provável”.

b.3) Operações descontinuadas

Em 27 de maio de 2022, a Administração da Companhia aprovou o início do processo de descontinuidade das atividades da Concessionária.

Assim, os ativos da CRT foram reclassificados no ativo não circulante como ativos não circulantes mantidos para venda de operações descontinuadas. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizados não são mais amortizados ou depreciados. A Administração da Companhia considera que o processo de descontinuidade das atividades da CRT satisfaz os critérios para sua reclassificação como ativos de operações descontinuadas pelos seguintes motivos:

- Os ativos foram disponibilizados para venda, podendo ser vendidos a um potencial comprador no seu estado atual;
- Os ativos reversíveis foram segregados como ativos da concessão e estavam em processo de transição com o órgão regulador (DNIT/ANTT) e a nova concessionária;
- A Administração da Companhia planejou a venda dos ativos disponíveis e concluiu as negociações.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Notas Explicativas

2.19 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.20 Instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação. A classificação poderá ser da seguinte forma:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
- Valor justo por meio do resultado.

Nesse sentido, a Companhia classificou seus ativos financeiros como “custo amortizado” (demais ativos financeiros).

Notas Explicativas

As receitas com juros provenientes dos ativos financeiros classificados como custo amortizado são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são apresentadas em uma conta separada na Demonstração do Resultado.

Os passivos financeiros foram classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, sendo mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.21 Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza a execução do contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

3 - Gestão de Risco Financeiro

a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Concessionária não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. A política da Companhia é a de manter o fluxo de empréstimos associado à taxa de juros fixa.

Notas Explicativas

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, contas a receber de empresas de arrecadação automática de pedágio e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com “rating” mínimo “A(bra)”. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela área financeira da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do Balanço Patrimonial.

A Companhia investe o excesso de caixa em depósitos de curto prazo e títulos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A companhia não opera com derivativos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha aplicações em certificados de depósito bancário (CDB) de R\$ 132.057 (R\$ 103.811 em 2021), dos quais se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Notas Explicativas

3.1 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, foi requerido algum julgamento na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2022 e não divergem, de forma significativa, do seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber e fornecedores.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Notas Explicativas

Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

Operação	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira	132.057	132.057	132.057
Taxa anual estimada do CDI	12,39%	9,29%	6,20%
Efeito anual no caixa líquido	16.362	12.268	8.188

Notas Explicativas

A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes a caixa indexada à variação do CDI.

(c) Taxas de câmbio

A Companhia não possui operações de câmbio.

(d) Derivativos

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(e) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo debêntures, empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, podem ser assim sumariados:

	2022	2021
Debêntures (Nota 17)	11.472	14.082
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(133.046)	(110.042)
Dívida líquida	(121.574)	(95.960)
Total do patrimônio líquido	137.266	146.144
Total do capital	15.692	50.184
Índice de alavancagem financeira	(7,75)	(1,91)

Em 13 de julho de 2022, a classificadora de riscos Fitch Ratings afirmou e, ao mesmo tempo, retirou o Rating Nacional de Longo Prazo “AAA (bra) da Concessionária Rio-Teresópolis S.A (CRT), com perspectiva estável. A retirada do rating ocorreu em função da proximidade do término do contrato de Concessão.

Notas Explicativas

4 - Contrato de Concessão

A exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades foram submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio-Teresópolis - CRT deteve o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 26 anos e seis meses, se encerrando em 21 de setembro de 2022.

5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	2022	2021
<u>Caixa e Bancos (VJR):</u>	989	6.231
<u>Aplicações Financeiras de curto prazo (VJR):</u>		
Banco Santander S.A.	2	20.507
Banco ABC Brasil S.A.	1	57.893
Banco Bradesco S.A.	132.054	25.411
Total das Aplicações	132.057	103.811
Total caixas, bancos e aplicações	133.046	110.042

As aplicações financeiras são realizadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos entre 99,0% e 102,0% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos, se equipara ao seu valor de mercado.

6 - Créditos a Receber

	2022	2021
Pedágio eletrônico	-	14.046
Vale Pedágio	-	613
Outros	-	49
Total	-	14.708

A Companhia operou desde o ano de 2009 com o sistema de cobrança eletrônica de pedágio Via Fácil. Em 18 de setembro de 2017, a CGMP (Centro de Gestão de Meios de Pagamento) incorporou a DBTRANS, responsável pelo sistema de vale pedágio utilizado pela Companhia desde 2011.

Notas Explicativas

Além desses, a Companhia operou ainda com os pedágios eletrônicos Veloe, Conectcar, Move Mais, Greenpass e vale pedágio Visa Vale. Os valores repassados pelas administradoras são recebíveis em até 30 dias, subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário sem a incidência de juros. A comissão sobre esta operação era cobrada diretamente do usuário.

A Companhia não registrou provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos. Em 31 de dezembro de 2021, não há valores significativos em atraso.

6.1 - Indenizações a Receber

	2022	2021
Desequilíbrio financeiro	11.546	-
Desequilíbrio financeiro - ISS	11.236	-
Total	22.782	-

Os valores registrados correspondem ao desequilíbrio econômico-financeiro a receber decorrente da diferença de tráfego realizado e o recolhimento do ISS sobre o valor reequilibrado na tarifa a título de indenização contratual no período de extensão do Contrato de Concessão conforme determinado no quinto aditivo.

7 - Estoques

	2022	2021
Almoxarifado	-	1.380
Total	-	1.380

Os estoques representavam aquisições destinadas ao uso e consumo de materiais administrativos e os aplicados na manutenção da rodovia.

8 - Impostos, Taxas e Contribuições

a) Impostos a recuperar

	2022	2021
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.714	94
IPTU	14	14
Circulante	5.728	108

Notas Explicativas

O crédito de imposto de renda e contribuição social de 2022, corresponde ao saldo negativo apurado no período de extensão do contrato de concessão, cuja recuperação ocorrerá no decorrer do próximo exercício.

b) Obrigações fiscais

	2022	2021
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	4.999
PIS e COFINS	76	943
ISS	9	1.334
ICMS	-	4
IRRF	3	23
Circulante	88	7.303

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro, reconhece, quando aplicável, créditos tributários, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, aprovada pela Administração. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado periodicamente.

O quadro abaixo apresenta a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2022			2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Circulante						
Ativo						
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Custo Manutenção	-	-	-	71	26	97
IR e CSLL diferidos s/ Remuneração Debenturistas	-	-	-	1	-	1
IR e CSLL diferidos s/ Arrendamento	-	-	-	707	255	962
IR e CSLL diferidos s/ Indenizações Trabalhistas	466	168	634	-	-	-
Ativo circulante	466	168	634	779	281	1.060
Passivo						
IR e CSLL diferidos Receita Financeira	-	-	-	2	1	3
IR e CSLL diferidos Amortização Intangível	-	-	-	2	1	3
IR e CSLL diferidos s/ Reequilíbrio	5.696	2.050	7.746	-	-	-
Passivo circulante	5.696	2.050	7.746	4	2	6
Imposto diferido líquido ativo/passivo	(5.230)	(1.882)	(7.112)	775	279	1.054

Notas Explicativas

Os impostos diferidos anteriormente classificados no Não Circulante foram transferidos para o Circulante, no balanço patrimonial, em função das diferenças temporárias estarem intrinsecamente vinculadas ao Contrato de Concessão.

	2022			2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Não Circulante						
Ativo						
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Riscos	2.123	764	2.887	1.907	687	2.594
Ativo não circulante	2.123	764	2.887	1.907	687	2.594
Passivo						
IR e CSLL diferidos s/ Reembolso de contingência	652	234	886	652	235	887
Passivo não circulante	652	234	886	652	235	887
Imposto diferido líquido ativo	1.471	530	2.001	1.255	452	1.707

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2022	2021
Lucro antes da tributação – operações continuadas	50.397	92.086
Lucro antes da tributação - operações descontinuadas	369	-
Lucro antes da tributação	50.766	92.086
IR e CS sobre lucro líquido 34% - operações continuadas	(17.135)	(31.309)
IR e CS sobre lucro líquido das operações descontinuadas 34%	(125)	-
Despesas não dedutíveis diversas	(1.394)	(741)
Exclusões permanentes diversas	8.030	544
Efeitos adoção inicial Lei 12.973 para concessionárias	7	194
Ajustes IRPJ e CSLL exercícios anteriores	(121)	468
IRPJ e CSLL s/ Reequilíbrio	(7.746)	-
IRPJ e CSLL s/ Indenizações Trabalhistas	634	-
IRPJ e CSLL sobre contratos de arrendamento	(844)	711
Outros	24	24
IR e CS totais	(18.670)	(30.109)
Corrente	(10.677)	(26.747)
Diferido	(7.993)	(3.362)

Notas Explicativas**9 - Ativos não Circulantes Mantidos para Venda de Operações Descontinuadas**

	Custo	Depreciação	Baixa	Saldo em 2022
Equipamento e instalações	504	(285)	(219)	-
Computadores e periféricos	853	(803)	(50)	-
Móveis e utensílios	187	(138)	(49)	-
Veículos	126	(126)	-	-
Outros imobilizados	40	(39)	(1)	-
Estoque para imobilizados	92	(77)	(15)	-
Total	1.802	(1.468)	(334)	-

No decorrer do encerramento do contrato de concessão, a empresa segregou os ativos mantidos para venda, cuja fase de negociação com os potenciais compradores se concretizou no período de até dois meses.

9.1 Resultado Líquido de Operações Descontinuadas

	2022	2021
Venda de imobilizado de operações descontinuadas	512	-
Custo operação descontinuada	(143)	-
Resultado das operações descontinuadas	369	-
Impostos sobre o lucro	(125)	-
Resultado líquido das operações descontinuadas	244	-

Notas Explicativas

10 - Imobilizado

	Equipamentos e Instalações	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Imobilizados ¹	Estoques para Imobilizações ²	Total
Em 1º de janeiro de 2021							
Saldo inicial líquido	728	316	134	188	56	144	1.566
Aquisições	-	-	-	-	-	52	52
Transferências	(260)	(223)	(8)	-	-	(111)	(602)
Baixas	(281)	(13)	(6)	-	-	(21)	(321)
Depreciação	(141)	(108)	(28)	(176)	(10)	(36)	(499)
Transferências	186	145	2	-	-	43	376
Baixas	183	12	4	-	-	6	205
Saldo contábil líquido	415	129	98	12	46	77	777
Em 31 de dezembro de 2021							
Custo	1.814	1.157	324	1.297	267	137	4.996
Depreciação acumulada	(1.399)	(1.028)	(226)	(1.285)	(221)	(60)	(4.219)
Saldo contábil líquido	415	129	98	12	46	77	777
Em 1º de janeiro de 2022							
Saldo inicial líquido	415	129	98	12	46	77	777
Aquisições	-	-	-	-	-	32	32
Transferências	43	73	11	-	-	(141)	(14)
Baixas	(1.857)	(1.049)	(328)	(1.217)	(267)	(28)	(4.746)
Depreciação	(67)	(78)	(18)	(12)	(7)	(19)	(201)
Transferências	(23)	(37)	-	-	-	72	12
Baixas	1.489	969	239	1.217	228	7	4.149
Saldo contábil líquido	-	7	2	-	-	-	9
Em 31 de dezembro de 2022							
Custo	-	181	7	80	-	-	268
Depreciação acumulada	-	(174)	(5)	(80)	-	-	(259)
Saldo contábil líquido	-	7	2	-	-	-	9

¹ Referem-se as Imobilizações em andamento; Prédios e benfeitorias; Terrenos; Ferramentas e Software Business Intelligence.

² Referem-se as Imobilizações localizadas no almoxarifado: Móveis e utensílios, Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, entre outros bens adquiridos para futura utilização no ativo fixo.

Os itens de ativo imobilizado referem-se a ativos que não estiveram vinculados diretamente a concessão. Anualmente, a Companhia avalia se existem evidências de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação e, quando aplicável, realiza teste de recuperação dos mesmos. Não foi identificada a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

10.1 Contratos de arrendamento

Todos os compromissos com arrendamento mercantil operacional reconhecido no balanço patrimonial como direito de uso de arrendamento foram completamente quitados. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia provisionou o valor de R\$ 77 correspondente a pagamentos de arrendamento de curto prazo e baixo valor que são reconhecidos linearmente como uma despesa no resultado do exercício. Os contratos de arrendamento estavam vinculados diretamente a concessão e se encerraram simultaneamente com o fim da exploração da rodovia.

	<u>Veículos leves</u>	<u>Veículos pesados</u>	<u>Equipamentos</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2021				
Saldo inicial	114	666	-	780
Custo	814	4.118	24	4.956
Depreciação	(490)	(2.531)	(24)	(3.045)
Saldo contábil líquido	438	2.253	-	2.691
Em 31 de dezembro de 2021				
Custo	1.810	9.724	252	11.786
Depreciação acumulada	(1.372)	(7.471)	(252)	(9.095)
Saldo contábil líquido	438	2.253	-	2.691
Em 1º de janeiro de 2022				
Saldo inicial líquido	438	2.253	-	2.691
Aquisições	250	1.601	-	1.851
Baixas	(2.060)	(11.325)	(252)	(13.637)
Depreciação	(556)	(2.598)	-	(3.154)
Baixas	1.928	10.069	252	12.249
Saldo contábil líquido	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022				
Custo	-	-	-	-
Depreciação acumulada	-	-	-	-
Saldo contábil líquido	-	-	-	-

Notas Explicativas

11 - Intangível

	Infraestrutura				Estoques P/ Imobilizações (*)	Marcas e Patentes	Software	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Outros (*)				
Em 1º de janeiro de 2021								
Custo	206.473	47.656	265.576	3.266	447	24	965	524.407
Amortização acumulada	(165.163)	(45.319)	(256.823)	-	(364)	(8)	(689)	(468.366)
Saldo contábil líquido	41.310	2.337	8.753	3.266	83	16	276	56.041
Em 31 de dezembro de 2021								
Saldo inicial	41.310	2.337	8.753	3.266	83	16	276	56.041
Aquisições	-	-	-	23.268	362	-	53	23.683
Transferências	21.785	1.451	2.461	(24.550)	(545)	-	-	602
Baixas	-	(31)	-	-	-	-	-	(31)
Amortização	(25.871)	(1.703)	(5.629)	-	(94)	-	(145)	(33.442)
Transferências	-	(684)	-	-	308	-	-	(376)
Baixas	-	31	-	-	-	-	-	31
Saldo contábil líquido	37.224	1.401	5.585	1.984	114	16	184	46.508
Em 31 de dezembro de 2021								
Custo	228.258	49.076	268.037	1.984	264	24	1.018	548.661
Amortização acumulada	(191.034)	(47.675)	(262.452)	-	(150)	(8)	(834)	(502.153)
Saldo contábil líquido	37.224	1.401	5.585	1.984	114	16	184	46.508
Em 1º de janeiro de 2022								
Saldo inicial	37.224	1.401	5.585	1.984	114	16	184	46.508
Aquisições	-	-	-	11.074	261	-	-	11.335
Transferências	7.423	496	5.376	(13.058)	(415)	-	-	(178)
Baixas	(438)	(22.381)	(390)	-	(39)	(51)	(947)	(24.246)
Amortização	(45.699)	(1.827)	(9.761)	-	(109)	-	(139)	(57.535)
Transferências	1.052	69	(1.200)	-	129	-	-	50
Baixas	438	22.242	390	-	59	35	915	24.079
Saldo contábil líquido	-	-	-	-	-	-	13	13
Em 31 de dezembro de 2022								
Custo	235.243	27.191	273.023	-	71	(27)	71	535.572
Amortização acumulada	(235.243)	(27.191)	(273.023)	-	(71)	27	(58)	(535.559)
Saldo contábil líquido	-	-	-	-	-	-	13	13

(*) O valor de Outros se refere a obras em andamento.

Para os itens do Intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores recuperáveis, a Companhia realiza testes de recuperabilidade para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificadas evidências de que os saldos contábeis dos ativos corpóreos ou intangíveis estivessem registrados a valores superiores aos seus valores de recuperação.

Não houve capitalização de encargos financeiros que incorrem sobre financiamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Notas Explicativas**12 - Fornecedores, Arrendamento Mercantil e outras Obrigações****a) Fornecedores**

	2022	2021
Fornecedores		
Fornecedores nacionais ⁽¹⁾	116	2.473
	<u>116</u>	<u>2.473</u>

b) Arrendamento mercantil

	2022	2021
Arrendamento mercantil operacional	-	2.384
Arrendamento a apropriar	-	100
	<u>-</u>	<u>2.484</u>

c) Outras obrigações

	2022	2021
Verba de fiscalização ⁽²⁾	-	397
Receita diferida ⁽³⁾	-	906
Retenções contratuais ⁽⁴⁾	-	463
Energia ⁽⁵⁾	-	451
Outras	-	9
	<u>-</u>	<u>2.226</u>
Dividendos	6	6
Total	<u>122</u>	<u>2.232</u>

(1) Os fornecedores nacionais compreendem obrigações perante fornecedores no País, relacionadas com compras de mercadorias e serviços a vencer no período de 12 (doze) meses do encerramento contábil. Os saldos de contas a pagar a fornecedores em 31 de dezembro de 2022 representam obrigações com prazos de pagamento geralmente inferiores a três meses.

(2) Verbas anuais devidas ao Poder Concedente (ANTT), previstas no contrato de concessão.

(3) Antecipações recebidas de clientes por conta de serviço técnico e de alienação que a Concessionária irá realizar num período até 12 (doze) meses após o encerramento do período contábil.

Notas Explicativas

(4) Referem-se aos valores retidos, a título de garantia na execução das obras, determinados através dos contratos firmados entre a Companhia e seus prestadores de serviços, onde os respectivos valores serão devolvidos na ocasião do término das obras.

(5) Obrigações relativas à aquisição de serviço de energia elétrica.

As obrigações acima estavam vinculadas diretamente a administração da concessão e os saldos foram baixados no 4º trimestre de 2022.

13 - Salários, Provisões e Contribuições

	2022	2021
Obrigações trabalhistas	322	1.561
Participação no resultado	1.524	2.076
Encargos trabalhistas	385	623
Imposto de renda retido na fonte	320	117
Benefícios	10	10
Outros	60	222
Total Circulante	2.621	4.609

A redução nas rubricas acima refere-se ao desligamento dos colaboradores em função do término da exploração da rodovia.

14 - Contingências

A Companhia constitui provisão em face de perdas prováveis decorrentes de ações trabalhistas, cíveis e fiscais, baseada nas informações de seus assessores jurídicos. As ações de natureza cível estão cobertas por apólice de seguro (Nota 25). A Administração não acredita na ocorrência de perdas significativas não cobertas pelo seguro. Adicionalmente, a Companhia detém R\$ 764 em dezembro de 2022 (R\$ 1.336 em 2021), depositados e bloqueados judicialmente referente aos processos cíveis e trabalhistas, nos valores de R\$ 394 (R\$ 977 em 2021) e R\$ 370 (R\$ 359 em 2021), respectivamente.

Notas ExplicativasComposição e movimentação do saldo

	Saldo Inicial 2022	Adições	Baixas	Provisões Revertidas	Saldo Final 2022
Trabalhistas	172	1.490	(45)	(53)	1.564
Cíveis	7.000	1.676	(460)	(1.288)	6.928
Fiscais	456	333	(315)	(474)	-
Valor Provisionado	<u>7.628</u>	<u>3.499</u>	<u>(820)</u>	<u>(1.815)</u>	<u>8.492</u>

Destaca-se o valor atualmente registrado a título de provisão de contingência cível na importância de R\$ 6.928, dos quais, R\$ 4.996 refere-se à ação ajuizada em desfavor da CRT, por atropelamento de animal de grande porte no ano de 2000. Esta ação está coberta por apólice, emitida pela seguradora Bradesco Seguros, atualmente registrada no ativo não circulante no valor de R\$ 2.606.

a) Processos cíveis

Os principais litígios cíveis, considerados como perda provável, possível e remota envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos:

(i) Indenização por danos materiais e morais resultantes de acidentes ocorridos na rodovia

Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Cabe ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para cobertura de tais eventos. Os valores provisionados compreendem a franquia prevista na apólice de seguro e as causas prováveis que não possuem cobertura.

(ii) Ações de desapropriação

Ações de desapropriação junto com o Poder Concedente de áreas declaradas de utilidade pública, visando à construção de instalações, tal como a de um Posto de Pesagem Fixa, cujo valor será apurado em perícia a ser realizada. A maioria das áreas está situada nos municípios de Teresópolis e Magé. A partir de 22 de setembro de 2022, estas ações passaram a ser gerenciadas pela nova concessionária.

b) Processos trabalhistas

A maioria das causas é oriunda de contratos de terceiros, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador.

Notas Explicativas

c) Ação de Obrigação de Fazer

A CRT protocolou em 05 de maio de 2017 nova Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro existente no contrato de concessão firmado com a CRT, que persiste desde 2013.

O desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão foi provocado, principalmente, pelas retiradas das praças de pedágio de PN2 e PN3, localizadas no km 71 e km 14, respectivamente, que desde 2013 a CRT tem tentado junto a ANTT uma forma de reequilibrá-lo.

A ANTT, embora tenha reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão apresentado na 7ª revisão extraordinária e na 21ª revisão ordinária, decidiu recalcular o valor do reequilíbrio, não havendo, até o momento, consenso com a CRT entre o montante, prazo e forma de reequilibrar o contrato de concessão, a despeito das previsões contratuais e legislação em vigor.

Continuam em curso, na esfera administrativa, as tratativas para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Na esfera judicial, a ação de obrigação de fazer foi favorável à CRT em 1ª instância em outubro de 2018. A CRT acredita que o contrato de concessão será respeitado e que os desequilíbrios apontados serão devidamente reequilibrados por meio dos instrumentos disponíveis e previstos neste.

d) Contingências possíveis

Adicionalmente, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui o montante de aproximadamente, R\$ 32.967 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 24.852 em 2021), referente a processos trabalhistas e cíveis, cujos riscos de perda foram considerados possíveis, os quais, não foram considerados para fins de provisão, conforme composição e estimativa a seguir:

	2022	2021
Trabalhistas	2.942	2.772
Cíveis	29.617	21.704
Fiscais	408	376
	<u>32.967</u>	<u>24.852</u>

Notas Explicativas

15 - Provisão para Manutenção

A Companhia constituía provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são:

	Saldo Inicial 2022	Realização	Saldo Final 2022
Provisão para manutenção	294	(294)	-
Total	294	(294)	-

16 - Provisão para Indenizações Trabalhistas e Encargos

A Companhia constituiu provisão para indenizações trabalhistas e encargos, face ao término da exploração da rodovia. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação na data do balanço.

Abaixo a composição dos saldos da provisão para indenizações trabalhistas e encargos em 31 de dezembro de 2022:

	2022	2021
Provisão para indenizações trabalhistas	1.343	-
Provisão para encargos trabalhistas	522	-
Total	1.865	-

17 - Debêntures

As Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001 deliberaram pela 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26 de dezembro de 2001 com as seguintes características, resumidas:

Notas Explicativas

- 1) Forma e espécie: Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais, reais ou flutuantes, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia.
- 2) Quantidade de títulos: 23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão.
- 3) Valor da emissão (em R\$): (Cláusula 2.7): A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$ 62.963, na data de emissão, sendo que, após o cancelamento de 9.420 Debêntures o valor total passou a R\$ 37.287.
- 4) Data de emissão: (Cláusula 2.6): Para todos os efeitos da presente Escritura, inclusive participação nos lucros, a data de emissão das Debêntures será aquela do primeiro dia útil após a data de publicação de 2º anúncio de início de distribuição das Debêntures (“Data de Emissão”).
- 5) Valor nominal (em R\$): (Cláusula 2.8): As debêntures têm valor nominal unitário de R\$ 560,55, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$ 12.949, sendo que após o cancelamento de 9.420 Debêntures o valor nominal total passou a R\$ 7.668.
- 6) Prêmio de emissão (em R\$): (Cláusula 2.9): As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$ 2.165,13 na data de emissão, perfazendo o total de R\$ 50.014, sendo que após o cancelamento de 9.420 Debêntures o prêmio de emissão total passou a R\$ 29.619.
- 7) Vencimento final: (Cláusula 2.18): Vencimento: Conforme facultado pelo art. 55, § 4º da Lei nº 6.404/76, as Debêntures somente vencerão quando da dissolução da EMISSORA, por qualquer razão, ressalvado o disposto no item 2.21.

Notas Explicativas

8) Vencimento Antecipado:

(Cláusulas 2.19 & 2.20):

2.19 – Vencimento Antecipado. Na hipótese de dissolução da Emissora ou descumprimento das obrigações previstos na Cláusula 2.16, observado o disposto nas Cláusulas IV.4 e IV.5 da presente Escritura, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Todavia, tal declaração de vencimento antecipado será vedada ao Agente Fiduciário no caso previsto na Cláusula 2.19.1 abaixo e no caso de o inadimplemento, pela Emissora, das obrigações previstas na Cláusula 2.16 decorrer do fato de tais obrigações serem incompatíveis: (i) com a disponibilidade financeira da Emissora (desde que, nesta hipótese, o inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 2.16 não ocorra por período superior a 3 (três) exercícios sociais consecutivos); e/ou (ii) com os compromissos contratuais e/ou de investimentos da Emissora decorrentes do Contrato de Financiamento e/ou do Contrato de Concessão.

2.19.1 Observado o disposto na Cláusula 2.19 acima e nas Cláusulas IV.4 e IV.5 da presente Escritura, o inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 2.16 por período superior a 3 (três) exercícios sociais consecutivos não acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, desde que: (i) por indisponibilidade financeira da Emissora decorrente do descumprimento de quaisquer obrigações da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em relação ao Contrato de Concessão; (ii) por indisponibilidade financeira da Emissora decorrente de quaisquer pleitos judiciais ou administrativos da Emissora para o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão; e (iii) por indisponibilidade financeira da Emissora decorrente de demandas judiciais cujo objeto seja o recebimento de quaisquer créditos de titularidade da Emissora.

Notas Explicativas

9) Conversibilidade:

(Cláusula 2.11.1.) Os detentores das Debêntures poderão solicitar a conversão de suas Debêntures em ações preferenciais da Emissora a partir de 15 de maio de 2002, sendo certo que, conforme previsto na Cláusula 2.11.4 abaixo, a conversão ocorrerá de forma automática e obrigatória com relação à totalidade das Debêntures em circulação no Deadline (conforme definido abaixo) (“Conversão Automática”), observando o disposto nos demais subitens da Cláusula 2.11 desta Escritura.

(Cláusula 2.11.4): Aberto o prazo na forma do item 2.11.1 supra, a conversão de Debêntures em ações da EMISSORA deverá obrigatoriamente ser realizada no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da distribuição, pela Emissora aos Debenturistas, do resultado líquido dos créditos recebidos da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em razão do Contrato de Concessão de Serviço Público Precedido de Obra Pública entre a União, por Intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, e a Concessionária Rio-Teresópolis S.A., datado de 22 de novembro de 1995, incluindo eventuais aditivos celebrados (respectivamente, “Deadline” e “Contrato de Concessão”), observado o disposto nos subitens deste item 2.11.4 e, ainda, o disposto no item 2.14 quanto à forma de remuneração.

(Cláusula 2.11.5.) Cada uma das Debêntures será conversível em 4,1225 novas ações preferenciais classe A, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da EMISSORA, com as mesmas características das ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura. Caso a conversão das Debêntures resulte em número fracionário de ação, a parcela correspondente a tal fração será devida em moeda corrente nacional, na data da solicitação de conversão, devendo o pagamento ser realizado até o 5º dia útil subsequente à data de conversão, tendo por base o valor patrimonial da ação. Quando o somatório das frações oriundas de conversões de cada debenturista for superior a 1 (uma) ação, este não mais terá direito ao pagamento em moeda corrente nacional da fração que exceder a 1 (uma) ação.

Notas Explicativas

- 10) Destinação dos Recursos: (Clausula 2.12): Destinação dos Recursos: Os recursos captados pela EMISSORA em decorrência da presente emissão serão integralmente destinados da seguinte forma: (i) até R\$ 12.948.705,00 (doze milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinco reais) para liquidação de obrigações contratuais da Emissora; e (ii) o saldo remanescente será utilizado para o resgate, sem redução de capital, à conta de reserva de capital a ser formada com o prêmio de emissão das Debêntures, de 92.400 (noventa e duas mil e quatrocentas) ações preferenciais classe A representativas do capital social da EMISSORA, perfazendo o preço de resgate máximo total de R\$ 50.014.503,00 (cinquenta milhões, quatorze mil, quinhentos e três reais).
- (Cláusula 2.12.2): A EMISSORA obriga-se a resgatar as ações preferenciais classe A de sua emissão, conforme descrito na Cláusula 2.12 acima, em até 30 (trinta) dias úteis após a publicação do Anúncio de Encerramento de Distribuição ou em até 10 (dias) anteriores a distribuição de participação nos lucros da Companhia referente ao 3º trimestre de 2002, prevalecendo a data que ocorrer primeiro.
- 11) Remuneração: (Cláusula 2.16): Participação nos Lucros: Cada Debênture terá direito à participação nos lucros da EMISSORA, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura, sempre de forma a que cada Debenturista receba a mesma remuneração bruta a que teria direito se já houvesse convertido a totalidade de suas Debêntures em ações preferenciais classe A da EMISSORA, nas bases de conversão estabelecidas na Cláusula 2.11.5, sendo a participação nos lucros calculada de acordo com a seguinte fórmula, observado o disposto na Cláusula 2.14.1 desta Escritura:

Notas Explicativas

- a. Para as participações nos lucros dos exercícios sociais findos até 31 de dezembro de 2003:

$$R = 4 \times D$$

- b. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2004:

$$R = 4,1233189 \times D$$

- c. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2005:

$$R = 4,1180175 \times D$$

Onde:

R = remuneração total de cada Debênture; e

D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura.

(Cláusula 2.16.1): Para fins dos dispostos na Cláusula 2.16 acima, as distribuições de dividendos e participação nos lucros da Emissora, que ocorrerem durante o prazo de colocação das Debêntures e anteriormente ao efetivo resgate das ações preferenciais classe A da Emissora, conforme Cláusula 2.12.2 acima, terão por base o número de ações no qual o capital social da Emissora restaria dividido se, cumulativamente: (a) o resgate das ações preferenciais classe A de emissão da Companhia já houvesse sido efetuado na forma originalmente prevista pela Cláusula 2.12 da Escritura de Emissão; e (b) todos os debenturistas tivessem convertido suas debêntures em ações preferenciais classe A da Emissora.

(Cláusula 2.14): Remuneração: A remuneração das Debêntures será exclusivamente aquela estabelecida na Cláusula 2.16 infra, não fazendo jus a juros ou a qualquer outra remuneração, fixa ou variável.

Notas Explicativas

12) Compromisso de Distribuição: (Cláusula 2.17): A Emissora distribuirá a seus acionistas e aos Debenturistas, no conjunto, uma quantia global correspondente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do que teria sido - após a compensação de prejuízos acumulados e da provisão para o pagamento do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro e de qualquer outro tributo que venha a ser criado - o seu lucro líquido no exercício, com os ajustes do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observado o disposto no parágrafo 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. As distribuições a que se refere esta Cláusula serão realizadas trimestralmente, por conta da distribuição anual, que será por ocasião da aprovação do balanço de cada exercício social, respeitadas as determinações legais e a disponibilidade financeira e/ou compromissos contratuais ou de investimentos da Emissora.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu, após aprovação em Assembleia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

Face a aprovação do oitavo e nono aditivo da escritura de emissão das debêntures em 18 março de 2021, que alterou o prazo de conversão (nota explicativa 01) e também devido à atual inaplicabilidade e inefetividade da cláusula de vencimento antecipado, a Companhia reverteu o valor de atualização das debêntures, restando como passivo, o valor nominal e as obrigações de remuneração das debêntures que não se alteraram.

As debêntures conversíveis representam um instrumento financeiro composto em conformidade com a essência dos termos contratuais e as definições do CPC 39.AG30 & AG31, por conter as características de patrimônio líquido e de dívida. Com relação à mensuração subsequente do instrumento patrimonial (opção de conversão) a Companhia atende ao CPC 39.36 que indica que as alterações de valor justo de instrumentos patrimoniais não devem ser reconhecidas nas demonstrações contábeis.

Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão, entretanto as demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas, no término do prazo de colocação.

Notas Explicativas

As condições completas da Escritura de Debêntures, e seus aditivos estão disponíveis no site da Companhia para consulta dos investidores no endereço www.crt.com.br, na seção de relação com investidores.

Quadro resumo

Debêntures emitidas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	23.100	0,56055	12.949	2,16513	50.014	62.963
Debêntures canceladas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	9.420	0,56055	5.280	2,16513	20.396	25.676
Debêntures em vigor	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	13.680	0,56055	7.668	2,16513	29.619	37.287

O valor nominal total de R\$ 7.668 (Não houve ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2022 R\$ 7.668 em 31 de dezembro de 2021), corresponde ao compromisso da Companhia com obrigação de remuneração com os debenturistas.

O valor desta obrigação está sendo reconhecido no balanço patrimonial pelo seu custo amortizado.

O quadro abaixo demonstra a movimentação da remuneração das debêntures:

Remuneração de debêntures

	Saldo Inicial 2022	Adições	Baixas	Saldo Final 2022
Debêntures remuneração	6.414	25.529	(28.139)	3.804
Total	6.414	25.529	(28.139)	3.804

Notas Explicativas

18 - Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 99.400, dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 29 de abril de 2022, foi deliberada a manutenção do capital social da Companhia em R\$ 99.400, não havendo alteração percentual na composição acionária.

A Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária em 15 de dezembro de 2022 para deliberar sobre a proposta de redução do capital social em R\$ 70.000, em virtude da sua excessividade em relação às atividades da Companhia. Tal acontecimento se tornará efetivo após o decurso do prazo para oposição de credores de 60 (sessenta) dias contados a partir da publicação da respectiva ata, assim como determina o art. 174 da Lei nº 6.404/76.

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	2022						2021	
	ON	%	PN	%	Total	%	Total	%
Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A - INVEPAR	17.994	36,88	3.550	9,42	21.544	24,92	21.544	24,92
Serra Concessões S/A	10.264	21,04	8.202	21,77	18.466	21,36	18.466	21,36
ROAD Participações em Concessionárias Ltda.	8.569	17,57	5.800	15,40	14.369	16,62	14.369	16,62
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S/A	10.264	21,04	8.201	21,76	18.465	21,35	18.465	21,35
CRT - Fundo de Investimento em Participações	—	—	9.526	25,28	9.526	11,02	9.526	11,02
M.&G. Consultoria e Participações Ltda.	—	—	711	1,89	711	0,82	711	0,82
CREDICOM Comercial Inf. e Serviços Ltda.	625	1,28	588	1,56	1.213	1,40	1.213	1,40
ERG Participações Ltda.	1.070	2,19	1.102	2,92	2.172	2,51	2.172	2,51
Total	48.786	100	37.680	100	86.466	100	86.466	100

b) Dividendo

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendo com base nos lucros apurados nesses balanços e/ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, observado o disposto em Lei.

Notas Explicativas

Consta também no estatuto social que o dividendo intermediário será sempre considerado como antecipação do dividendo obrigatório.

O total de dividendos provisionado foi calculado como segue:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	32.096	61.977
Reserva legal	(1.605)	(3.099)
Base de cálculo	30.491	58.878
Percentual do dividendo	25%	25%
Valor do dividendo mínimo obrigatório	7.623	14.720
Dividendo adicional pago	17.330	26.906
Dividendo adicional proposto	5.538	13.719
Total de dividendos	30.491	55.345

Para o exercício de 2022, a distribuição atribuída é de 100% sobre o lucro ajustado. O quadro acima demonstra os dividendos mínimos obrigatórios, os dividendos adicionais pagos e os dividendos adicionais propostos.

Abaixo demonstramos a movimentação dos dividendos no período:

	Saldo Inicial 2022	Atribuídos	Pagos	Saldo Final 2022
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	6	-	-	6
Dividendo de exercício anterior	-	6.605	(6.605)	-
Dividendo proposto	-	34.369	(34.369)	-
Total de dividendos	6	40.974	(40.974)	6

c) Reservas

c.1) Reserva de ágio

Referente a ágio apurado na emissão de ações.

A reserva de ágio foi extinta em 31 de março de 2022.

Notas Explicativas**c.2) Reserva para aumento de capital**

Constituída com o fim específico de manter a paridade de 20% entre os investimentos realizados e o capital social, conforme consta no contrato de concessão.

c.3) Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social integralizado da Companhia.

c.4) Reserva de restituição de capital (estatutária)

Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 20% do capital social subscrito.

A reserva de restituição de capital foi extinta 31 de março de 2022.

c.5) Reserva para investimentos (estatutária)

Anteriormente constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.

c.6) Reserva de retenção de lucros

Constituída para cobrir o orçamento de capital, previsto no Contrato de Concessão (PER), aprovado pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Legislação Societária.

As reservas encontram-se abaixo distribuídas:

	2022	2021
Reserva de ágio	-	3.596
Reserva legal	7.053	5.449
Reserva de restituição de capital	-	6.219
Reserva para investimentos	-	6.068
Reserva de retenção de lucros	30.813	25.412
Total das reservas	<u>37.866</u>	<u>46.744</u>

Notas Explicativas

No 1º trimestre de 2022 foi realizada a extinção da Reserva de Ágio, da Reserva de Restituição de Capital e da Reserva para Investimentos conforme anuência da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, através do Ofício SEI Nº 313/2022/GEGEF/SUOD/DIR-ANTT, com lastro no inciso I do art. 2º da Resolução ANTT nº 5.927, de 02 de março de 2021. Consequentemente, foram excluídos os Artigos 46 e 47 do Estatuto Social da Companhia.

Os valores extintos foram distribuídos aos acionistas e debenturistas, em conformidade com a aprovação na Assembleia Geral Extraordinária em 25 de março de 2022

19 - Receitas

	2022	2021
Receita de pedágio	200.308	248.817
Receita extraordinária	1.351	1.478
Receita de construção ⁽¹⁾	11.074	23.269
Tributos incidentes sobre as receitas	(17.214)	(21.370)
Abatimentos sobre receitas de pedágio	(2.657)	(3.240)
Receita líquida	<u>192.862</u>	<u>248.954</u>

⁽¹⁾ O reconhecimento da receita de construção é realizado de acordo com a Interpretação Técnica ICPC01 (R1) – Contrato de Construção. Assim, todo o gasto de infraestrutura é reconhecido na receita de construção, sem acréscimo da margem. No caso da Companhia, como há terceirização da obra, o efeito do reconhecimento de uma margem calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventual custo de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra não é significativo. Em contrapartida, o reconhecimento do custo de construção é igual ao valor reconhecido como receita de construção.

Em 1º de maio de 2022 entraram em vigor os novos valores referentes às tarifas básicas de pedágio, passando a ser R\$ 21,70 na praça principal e R\$ 15,20 nas praças auxiliares, conforme Deliberação nº 158 de 20 de abril de 2022 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Notas Explicativas**20 - Custos**

	2022	2021
Custos associados às receitas de pedágio		
Manutenção e conservação		
Pessoal, encargos e benefícios	(2.669)	(2.780)
Prestadores de serviço	(11.360)	(11.248)
Material, equipamento e veículos	(1.636)	(1.471)
Gastos gerais ⁽¹⁾	(8.057)	(5.920)
Depreciação e amortização ⁽²⁾	(57.518)	(33.299)
	<u>(81.240)</u>	<u>(54.718)</u>
Custo de operação		
Pessoal, encargos e benefícios ⁽³⁾	(8.326)	(7.488)
Prestadores de serviço	(7.804)	(10.175)
Material, equipamento e veículos	(2.250)	(1.968)
Gastos gerais	(1.295)	(1.318)
Custos contratuais de concessão	(5.016)	(6.923)
	<u>(24.691)</u>	<u>(27.872)</u>
Custo de monitoração		
Prestadores de serviço	(977)	(1.119)
Material, equipamento e veículos	(11)	(42)
	<u>(988)</u>	<u>(1.161)</u>
Custo de projetos especiais		
Prestadores de serviço	-	(203)
Custo apropriação	-	(854)
	<u>-</u>	<u>(1.057)</u>
Total de custos associados a receita de pedágio	<u>(106.919)</u>	<u>(84.808)</u>
Custos associados às receitas de construção		
Custo de construção	(11.074)	(23.269)
Total	<u>(117.993)</u>	<u>(108.077)</u>

Notas Explicativas

⁽¹⁾ O aumento em Gastos gerais, refere-se aos sinistros ocorridos ao longo da rodovia.

⁽²⁾ O aditivo ao contrato de concessão ocorrido em 18 de março de 2021 ocasionou a mudança de estimativa da vida útil dos ativos amortizáveis e de consumo dos futuros benefícios econômicos incorporados nesses ativos, devido a prorrogação do prazo da concessão por mais 18 meses (conforme nota explicativa 1 e 4). O efeito de mudança na estimativa contábil é prospectivo e está reconhecido no resultado, neste exercício, como despesa e o seu reflexo em períodos e exercícios futuros será igualmente reconhecido no resultado.

⁽³⁾ O aumento na rubrica de Pessoal, deve-se as rescisões contratuais realizadas pelo final da exploração da rodovia.

21 - Despesas Gerais e Administrativas

	2022	2021
Salários, encargos e benefícios ⁽¹⁾	(11.090)	(9.018)
Serviços de terceiros	(4.255)	(4.008)
Despesas de materiais, equipamentos e veículos	(1.834)	(1.192)
Despesas gerais ⁽²⁾	(9.389)	(6.865)
Despesas de remuneração de dirigentes	(2.388)	(1.842)
Total	<u>(28.956)</u>	<u>(22.925)</u>

⁽¹⁾ O aumento na rubrica de Salários, encargos e benefícios no período, refere-se basicamente ao reajuste salarial e as rescisões contratuais provocada pelo encerramento da exploração da rodovia.

⁽²⁾ O acréscimo na rubrica de gastos gerais deve-se ao provisionamento das contingências.

Notas Explicativas**22 - Receitas e Despesas, Financeiras**

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações	14.724	4.635
Receita Financeira – Debêntures ⁽¹⁾	-	12.646
Juros ativos	34	-
Variação monetária ativa	-	241
Descontos obtidos	9	1
	<u>14.767</u>	<u>17.523</u>
Despesas financeiras:		
Despesas de financiamento	-	(6)
Despesas bancárias	(923)	(560)
Despesa Financeira - Arrendamento	(208)	(182)
Outros	-	-
	<u>(1.131)</u>	<u>(748)</u>
Remuneração de Debenturistas	(25.528)	(38.008)
Total	<u>(11.892)</u>	<u>(21.233)</u>

⁽¹⁾ O valor na rubrica Receita Financeira - Debêntures se refere à reversão do ajuste a valor presente das debêntures.

Notas Explicativas

23 - Remuneração dos Administradores e PLR dos Empregados

a) Participação dos Empregados no Lucro (PLR)

A Companhia atribui a seus empregados remuneração anual baseada na Lei 10.101/2000 (Participação de Empregados nos Lucros e Resultados (PLR), em valor e metodologia aprovados pelo Conselho de Administração e pelo Sindicato da categoria, apresentados no artigo 31, letra “h”, do Estatuto da Companhia, bem como a seus dirigentes.

Do montante provisionado, a título de participação nos resultados em 31 de dezembro de 2022, foram atribuídos aos empregados e diretores, R\$ 4.029 (R\$ 3.230 em 2021).

b) Remuneração e Participação dos Administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixarem, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 4.000.

Com relação à remuneração (excluindo-se demais despesas) a composição é a seguinte:

	2022			2021		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Composição						
Pró-labore	1.742	646	2.388	1.475	367	1.842
Bônus variáveis (i)	2.094	-	2.094	1.363	-	1.363
Outros	124	-	124	65	-	65
Total	<u>3.960</u>	<u>646</u>	<u>4.606</u>	<u>2.903</u>	<u>367</u>	<u>3.270</u>

(i) Valor provisionado, sujeito a alteração quando do pagamento.

Notas Explicativas

24 - Resultado por Ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, totalizando 86.466 (oitenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Considerando o cenário de conversão das debêntures, as 13.680 (treze mil, seiscentos e oitenta) debêntures são convertidas em 56.396 ações preferenciais classe A, totalizando 142.862 (cento e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e duas) ações, sendo 48.786 ações ordinárias e 94.076 ações preferenciais classe A.

As ações preferenciais farão jus à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2022			2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	17.353	14.744	32.096	33.508	28.469	61.977
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação	48.786	37.680	86.466	48.786	37.680	86.466
Lucro por ação (R\$)	355,70	391,30	371,20	686,84	755,56	716,78

Notas Explicativas

Para o lucro diluído em 31 de dezembro de 2022 e 2021, vide quadro abaixo:

	2022			2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	10.283	21.813	32.096	19.857	42.120	61.977
(+) Reversão de despesa financeira referente às debêntures conversíveis, líquida de impostos	4.427	9.393	13.820	8.036	17.049	25.085
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado ⁽¹⁾	14.710	31.206	45.916	27.893	59.169	87.062
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação ⁽²⁾	48.786	94.076	142.862	48.786	94.076	142.862
Lucro por ação (R\$)	301,53	331,71	321,41	571,74	628,95	609,41

(1) A conversão das debêntures em ações, elimina a despesa financeira com a remuneração das debêntures, acarretando o crescimento dos impostos sobre o lucro, impactando negativamente a distribuição de resultado. A diluição decorre, meramente, do impacto fiscal. A conversão em si não gera diluição uma vez que a remuneração das debentures é equivalente a remuneração das ações em circulação.

(2) Considerando-se a ocorrência da conversão das Debêntures em ações preferenciais classe A.

Os efeitos da diluição estão diretamente associados ao percentual de distribuição de lucro apurado, que foi de 100% em 2022 e 100% em 2021. Quanto menor o percentual atribuído aos acionistas e debenturistas, menor impacto das despesas financeiras e, por conseguinte, os ganhos tributários decorrentes desta.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras. A Companhia não possui outros instrumentos financeiros conversíveis, além das debêntures descritas na Nota nº 17.

Notas Explicativas

25 - Coberturas de Seguros (não auditado)

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) –antigo DNER - compreendendo a totalidade da Rodovia BR-116/RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram os seguintes em 31 de dezembro de 2022:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora
Administradores e Diretores	25.000	17/07/2022 a 17/07/2023 29/11/2022 a	Starr International Brasil Seguradora S/A
Garantia	12.964	08/12/2027 30/01/2023 a	
Automóveis	3.750	30/01/2024	Tokio Marine Seguradora

O item “riscos operacionais” é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; gastos adicionais – fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e *lock-out*; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas; despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluído equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

26 - Eventos Subsequentes

A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base das presentes demonstrações financeiras e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A Companhia tem como política não divulgar as projeções dos seus resultados de curto e longo prazo.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. Projetos de Investimentos

Dentre as obras e serviços concluídos no ano, destacamos:

Principais serviços de conserva e manutenção

- Manutenção do setor viário: Serviços de roçada, capina e poda / Manutenção e desobstrução de sistema de drenagem / Manutenção de encostas / Implantação e manutenção cercas / Encosta Km 63,1 P1 / Encosta Km 116,15 P1 / Encosta Km 117,10 P2 / Encosta Km 39,20 P1 / Encosta Km 84,7 P1 / Encosta Km 93,9 P2 / Pintura interna BOP e Balança Km 71 / Pintura externa BOP Km 105 / Pintura interna BOP Km 133 / Reparo no piso da sala de guarda volumes - Base Operacional Km 41 / Reparo na cobertura do posto desativado da PRF Km 133,5 / / Pintura Km 71,0 / Pintura Km 105,0 / Pintura externa BOP Km 105 / Pintura interna BOP Km 133 / Pintura do piso e pintura externa das cabines da Praça PN-1.
- Manutenção do setor elétrico: Passarelas / PNs / Sede / BOPs / BCMs / Iluminação Pública Canteiro Central.
- Manutenção do setor predial: Pinturas cabeça das ilhas PA-1 e PA-2 / Pintura interna BOP e Balança Km 71
- Manutenção do setor de máquinas e equipamentos: PN / PAs / Sede / BOPs / BCMs / Brasilinha.
- Substituição ou recuperação e pintura de guarda-corpos de pontes e passarelas: Reparos Emergenciais ao Longo da Rodovia.
- Reparos em cercas delimitatórias na Faixa de Domínio: 9.522 metros.
- Manutenção da Sinalização Horizontal: 2.143,76 m² e 13.231 tachas.
- Manutenção da Sinalização Vertical: 879 placas, 49 delineadores e 0 Sirex.
- Barreira de Proteção: Km 25,6 P2 / Km 25,7 P2 / Km 71,5 P1 / Km 71,7 P1 / Km 71,75 P1 / Km 72,9 P1 / Km 74,9 P1 / Km 74,95 P1 / Km 78,0 P1 / Km 78,05 P1 / Km 82,4 P1 / Km 82,6 P1 / Km 87,0 P2 / Km 114,3 P1 / Km 114,8 P1 / Km 114,9 P1 / Entre o Km 115,03 e o Km 115,18 P1 / Km 115,35 P1 / Km 116,8 P1 / Km 121,15 P1 / Km 122,0 P1 / Km 122,0 P2 / Km 122,95 P1 / Km 131,9 P1 / Km 132,8 P1 / Km 135,5 P1 / Km 5,560 ao 5,492 P2 / Km 16,940 ao 16,868 P2 / Km 55,000 P1 / Km 59,700 P2 / Km 59,750 P1 / Km 62,500 ao 62,252 P2 / Km 67,640 ao 67,664 P1 / Km 79,425 ao 79,385 P2 / Km 87,980 P1 / Km 88,000 ao 88,136 P1 / Km 88,000 ao 88,136 P1 / Km 103,87 ao 103,890 P1 / Km 103,980 ao 103,1000 P1 / Km 104,720 ao 104,1000 P1 / Km 104,800 P1 / Km 105,000 ao 105,1000 P1 / Km 108,000 ao 108,950 P1 / Km 111,000 ao 111,510 P1 / Km 122,000 ao 122,700 P1 / Km 122,070 ao 122,700 P1 / Km 122,180 ao 122,000 P2 / Km 123,000 ao 123,050 P2 / Km 124,000 ao 124,1000 P1 / Km 125,300 ao 125,000 P2 / Km 125,580 ao 125,1000 P1 / Km 126,820 ao 126,840 P2 / Km 127,400 P1 / Km 127,750 ao 127,1000 P1 / Km 129,1000 ao 129,800 P2 / Km 129,300 P2 / Km 129,400 ao 129,000 P2 / Km 129,610 ao 129,570 P2 / Km 130,200 ao 130,000 P2 / Km 130,500 P2 / Km 133,800 P2 / Km 138,800 P1 / Km 140,1000 ao 140,750 P2 / Km 141,400 P1 / Km 142,060 ao 142,000 P2 / Km 143,032 ao 143,000 P2 / Km 143,300 P2

Manutenção do Sistema de Monitoração

- Pavimento Flexível – 100%
- Pavimento Rígido – 100%
- Drenagem – 100%
- Elementos de Proteção e Segurança – 100%
- Edificações – 100%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

- Obras de Artes Especiais – 100%
- Sinalização Horizontal – 100%
- Sinalização Vertical – 100%
- Sistemas Operacionais / Níveis de Serviço – 100%
- Canteiros Centrais, Faixa de Domínio e Áreas Lindeiras – 100%
- Execução do Programa de monitoramento dos animais atropelados (FAUNA VIVA)
- Execução do Programa de monitoramento dos animais atropelados (FAUNA VIVA)

Diversos

OAEs Identificadas na Monitoração:

- Ponte sobre o Rio Preto Km 56,8 P1 e P2 / Ponte sobre a Grota do Garrafão Km 94,8 P1 e P2 / Ponte sobre o Rio Bananal Km 101,7 P1 e P2 / Viaduto de Santo Aleixo Km 114,7 P1 e P2 / Ponte sobre o Rio Magé Km 115,4 P2 / Passarela de Vila Inca Km 120,0 Transversal / Passarela Jardim Anhangá Km 138,4 Transversal / Passarela de Jardim Primavera Km 143,0 Transversal / Passarela Km 141,95 Transversal

Recuperação de Placas do Pavimento rígido

- Km 103,87 ao Km 100,0 / Km 97,00 ao Km 95,5 / Km 95,5 ao Km 94,0 / Km 71,0

2. Reequilíbrio do Contrato de Concessão

O contrato de concessão encontra-se desequilibrado pela não recomposição na tarifa do efeito da retirada das praças de pedágio PN2 e PN3, localizadas no km 71 e km 14, respectivamente, desde 2013.

A Companhia protocolou em 05/05/2017, nova Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro existente no contrato de concessão firmado com a CRT.

A ANTT, através da Resolução 5.417/17 de 20/09/2017 publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2017, reconheceu o desequilíbrio do contrato de concessão na 21ª Revisão Ordinária e aprovou a 7ª revisão extraordinária da tarifa básica de pedágio (TBP), autorizando o reajuste da TBP de R\$ 17,10 para R\$ 18,10, que passou a vigorar a partir do dia 25/09/2017.

O juízo da ação do reequilíbrio do contrato de concessão (8ª Vara de Brasília) julgou procedente em 22/09/2018, e publicou a decisão em 08/10/2018, o pleito de pagamento de aporte pela UNIÃO, como forma de reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, que se encontra desequilibrado pela suspensão definitiva das receitas de pedágio das praças de PN2 e PN3 pela ANTT em 2013. Esta decisão judicial, promulgada em 1ª instância, terá seus desdobramentos acompanhados pela CRT, que adotará os procedimentos processuais cabíveis até seu trânsito em julgado.

O quinto aditivo ao contrato de concessão, que estendeu o prazo original do Contrato de Concessão da CRT de 21/03/2021, por 18 meses, até 21/09/2022, abordou o atual desequilíbrio do contrato de concessão da CRT, compensando-o parcialmente.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A CRT continua as tratativas com a ANTT, na esfera administrativa, para apuração final do processo de Haveres e Deveres e a definição de forma e prazo de pagamento dos créditos devidos a CRT.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Acionistas da Concessionária Rio Teresópolis S.A. (CRT) Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rio Teresópolis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rio Teresópolis S.A., em 31 de dezembro de 2022 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Desequilíbrio econômico - contrato de concessão

Conforme divulgado na nota explicativa nº14c, o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, embora reconhecido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, permanece sem consenso entre as partes, no que se refere ao valor, prazo e forma de reequilibrar o contrato de concessão, a despeito das previsões contratuais e legislação em vigor. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores desse ativo ou quanto a valores e classificação de passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso dessas medidas para o restabelecimento do equilíbrio econômico do contrato de concessão.

Conclusão do prazo exploratório – contrato de concessão

Chamamos a atenção para a nota explicativas nº1 que destaca que em 21 de setembro de 2022, o novo concessionário EcoRioMinas assumiu a exploração da Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ), anteriormente administrada pela Concessionária Rio Teresópolis. Esse evento, indica o encerramento das atividades operacionais da Companhia, neste momento.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e registro das receitas de pedágio

Conforme nota explicativa nº19, as receitas da Companhia advêm, substancialmente, de cobranças de pedágio, decorrente dos termos e das condições estabelecidos nos contratos de concessões rodoviárias, que determinam que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários".

As receitas são auferidas e devidamente registradas através de cobrança manual (em espécie nas cabines de pedágio) e, também, por meio de sistemas automáticos de arrecadação (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante).

Considerando o nível automatizado no processo de registro da receita e a relevância dos valores envolvidos, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria em decorrência do risco de distorções relevantes associados a totalidade das receitas da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos principais procedimentos de auditoria objetivando o adequado reconhecimento das receitas provenientes de arrecadação de pedágio incluíram, entre outros: (a) entendimento dos controles internos mapeados pela Companhia e representativos para a sua mensuração, processamento e reconhecimento de receitas de arrecadação; (b) avaliação da consistência entre a prática contábil relacionada ao reconhecimento de receitas e os procedimentos internos adotados pela Administração para o registro da receita de cobrança de pedágio; (c) obtenção de confirmação independente e recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relatórios de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes de acordo com o poder concedente, para avaliação da exatidão e ocorrência das receitas; (d) obtenção de confirmação (circularização) independentemente de parte significativa das transações de arrecadação automática de pedágio; e (e) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

O resultado desses procedimentos nos proporcionou evidência apropriada e suficiente de auditoria, no contexto das demonstrações financeiras, e não revelou inconsistências em relação às práticas contábeis da Companhia.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Conforme nota explicativa nº14, a Companhia é parte em processos de natureza cível e trabalhista, para os quais a administração estima os valores envolvidos e registra provisão nas demonstrações financeiras nos casos em que considera que haverá perda provável, conforme preconização da norma contábil CPC 25 (IAS 17) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Além das ações consideradas como perda provável, a Companhia possui ações trabalhistas e civis, em curso, para as quais não foram registradas provisões, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis pela Administração, a partir de posições de seus assessores jurídicos.

As avaliações de risco e as estimativas de perdas são elaboradas pela administração com base nas evidências disponíveis e nas opiniões dos assessores jurídicos da Companhia, envolvendo elevado grau de julgamento, dada a complexidade dos temas.

A avaliação da administração leva em consideração, também, acordos de indenização de eventuais perdas nos referidos processos, negociados separadamente com companhias seguradoras. Nesse contexto, o andamento dos referidos processos nas diversas esferas aplicáveis pode resultar em alterações nas avaliações dos riscos de perda e impactar de forma significativa as provisões constituídas e o resultado da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos da Companhia, (b) inspeção de atas de reuniões da Administração e (c) análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Consideramos como razoáveis os critérios e as premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, bem como as correspondentes divulgações, estando consistentes com as informações recebidas ao longo de nossa auditoria.

Amortização de gastos no ativo intangível de concessão

O contrato de concessão rodoviário representa o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - IFRIC 12 - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato.

Os critérios de reconhecimento destes valores, montantes investidos na infraestrutura e demais informações para contextualização do tema estão divulgados nas notas explicativas nº2.6, nº4 e nº11.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolveram a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte da Administração da Companhia, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos e/ou indevidamente capitalizadas. Já as amortizações do ativo intangível de concessão, estão classificadas e apresentadas nestas demonstrações financeiras como custo de serviço (nota nº20) e representam, substancialmente, a maior conta devedora no resultado da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos além das amortizações, incluíram, dentre outros: (a) Avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessão; (b) Realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessão, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas; (c) Avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessão, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão; e (d) Testes de recálculos sobre as amortizações do ativo intangível registrada pela Companhia, considerando o critério de amortização praticada pela mesma, conforme nota explicativa nº2.6 (a).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos e amortização no ativo intangível da concessão, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos e amortizações, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão para

suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram por nós examinadas, cujo relatório datado de 23 de fevereiro de 2022 foi emitido com opinião sem modificação, contendo incerteza referente a continuidade operacional e ênfase referente ao Desequilíbrio econômico – contrato de concessão.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2023.

Mário Vieira Lopes
Contador - CRC- RJ 060.611/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Concessionária Rio-Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua do Passeio nº 38, 15º andar, Centro, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor-Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Concessionária Rio Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua do Passeio nº 38, 15º andar, Centro, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a conclusão expressa no relatório da BKR Lopes, Machado Auditores, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor-Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores